

Revista **Aeronáutica**

2010

Número 271



Até que a ciência dê asas às pessoas, nós lhes daremos uma melhor maneira de voar.



Esquecemos facilmente como é fantástica a capacidade humana de voar. O voo diminui fronteiras e faz do tempo nosso aliado, aproximando pessoas e culturas. Mesmo após 40 anos de atuação, ainda nos maravilhamos com as imensas possibilidades que voar nos proporciona.



Somos a Embraer, uma empresa global que desenvolve aeronaves e tecnologias inovadoras para os mercados de aviação comercial, executiva e de defesa. Acreditamos que sua viagem



seja tão importante quanto o destino final. É por isso que estamos sempre incorporando inovações nas aeronaves que fabricamos. Embraer. Reinventando o avião.

Presidente

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

1º Vice-Presidente

Brig Int Hélio Gonçalves

2º Vice-Presidente

Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry

3º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Assessor Especial da Presidência

Maj Brig Ar Márcio Callafange



Expediente

Jan./Fev./Mar./Abr.

2010



www.caer.org.br
revista@caer.org.br

DEPARTAMENTOS

Cultural

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Administrativo

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

Patrimonial

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Aerodesportivo

Cel Av José de Faria Pereira Sobrinho

Desportivo

Ten Cel Av Antonio Vianna Jordão

Beneficente

Cel Av Nylson de Queiroz Gardel

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Social

Brig Ar Guilherme Sarmento Sperry

Sede da Barra da Tijuca

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Adjunto da Administração

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Lacustre

1º Ten QOE Sebastião José Ferreira

Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

CHICAER

Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

Sede Social

Praça Marechal Âncora, 15
CEP 20021-200 - Rio de Janeiro - RJ

- Tel.: (21) 2210-3212
- Fax: (21) 2220-8444

Sede da Barra da Tijuca

Rua Raquel de Queiroz, s/nº
CEP 22793-710 - Rio de Janeiro - RJ

- Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº 1
CEP 28930-000 - Arraial do Cabo - RJ

- Tel.: (22) 2662-1510
- Fax: (22) 2662-1049

Expediente do CAER

Dias: 3ª a 6ª feira

Horário: 9h às 12h e 13h às 17h

Presidente do Conselho Deliberativo

Ten Brig Ar João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior

Presidente do Conselho Fiscal

Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel./Fax: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Paulo Raimundo Pereira Santos

Secretária de Redação

Luciene Ribeiro

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Índice

- 5** MENSAGEM DO PRESIDENTE
Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista
- 6** TIVE UM SONHO!
Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista
- 8** AERONOTÍCIAS
A Redação
- 12** DEPARTAMENTO CULTURAL
A Redação
- 14** PENSAMENTO BRASILEIRO
Ricardo Vélez Rodriguez
Filósofo
- 16** AFONSOS E O PENSAMENTO CASTRENSE
Brig Ar Tarso Magnus da Cunha Frota
- 20** A MENTALIDADE MAGINOT
Manoel Soriano Neto
Cel Ex
- 22** PARADIGMAS
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av
- 24** A CONTRA-REVOLUÇÃO DE 1964
Olavo Nogueira Dell'Isola
Cel Av
- 26** COERÊNCIAS E INCOERÊNCIAS
Raul Galbarro Vianna
Cel Av
- 28** A CRISE
Luiz Mauro Ferreira Gomes
Cel Av
- 32** ILAÇÕES E FUTURÍVEIS...
Para a Força Aérea Brasileira dos anos
que virão
Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes
- 34** DA ARTE DE NEGOCIAR
Ten Brig Ar Pedro Ivo Seixas
- 37** A FAB VAI MUITO BEM OBRIGADO!
Ten Brig Ar Mauro José Gandra
- 38** NUNCA DESPREZE O INIMIGO
Reinaldo Peixe Lima
Cel Av
- 41** O VOO DO PADRE PEDRO
Ten Brig Ar Sérgio Pedro Bambini
- 42** "PLAYBOYS DO AR"
Clarindo dos Santos
- 44** DESPEDIDA DE UM COMPANHEIRO
Brig Ar Ércio Braga
- 46** GLAUCOMA
Quando diagnosticada tardiamente
a doença pode causar cegueira
Cel Med Roberto de Almeida Teixeira
- 48** É IMPOSSÍVEL SER FELIZ SÓZINHO?
Martha Medeiros
Jornalista
- 50** ARMANDO NOGUEIRA DECOLOU
A Redação

Mensagem do Presidente

Ten Brig Ar
Carlos de Almeida Baptista

Prestes a encerrar-se o período para o qual os associados, generosamente, conduziram-me a Presidência do Clube, devo comunicar que resolvi aceitar a recondução para novo período se, de igual forma, for merecedor da confiança dos eleitores.

Na ocasião da minha posse estava seguro de que em um período, apenas, conseguiria completar a recuperação da associação e aí, então, curvar-me à imposição da idade que a cada dia clama por repouso, físico e mental. Falta pouco, mas ainda falta. Sei que existem excelentes associados em condições de fazê-lo, em meu lugar. Espero que apresentem suas chapas possibilitando que o processo democrático seja plenamente cumprido.

Devo registrar, ainda uma vez, o quanto estou agradecido

aos Vice-Presidentes e aos Diretores pelo permanente apoio e solidariedade nas decisões. Agradeço, ainda, aos integrantes dos Conselhos, Deliberativo e Fiscal, pelas contribuições prestadas através de acaloradas, mas leais discussões sempre voltadas para o benefício da associação.

Ao triste fato de não estar conseguindo, como sonhava, a adesão plena dos oficiais da ativa ao nosso quadro social, registro com prazer, a adesão de numerosos sócios contribuintes civis e militares da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro, com presenças extraordinariamente agradáveis nas nossas Sedes Esportivas. Leiam a amável carta que recebi, recentemente, de um nosso associado a respeito da Sede Lacustre:

“Após ler sua mensagem publicada na última edição do informativo do Clube de Aeronáutica resolvi passar o final de semana passado, com minha esposa na Sede Lacustre do Clube de Aeronáutica. Endossando suas palavras e as dos demais Oficiais Gerais que lá estiveram, posso afirmar que o atendimento que tivemos foi irretocável. Todos não mediram esforços para nos atender superando em muito nossa expectativa.

A equipe comandada pelo Tenente Ferreira é sem dúvida o espelho da eficiência, polidez, gentileza e profissionalismo de seu líder.

O Tenente Ferreira pessoalmente colocou-se a nossa disposição oferecendo-nos um café da manhã de causar inveja a muito conhecidos hotéis, indicou-nos opções de passeios por Arraial do Cabo e, após deixarmos o paraíso chamado Sede Lacustre do CAER, manteve permanente contato conosco até ter a certeza que havíamos chegado ao Rio com toda segurança.

Sem dúvida alguma ficamos muito felizes e orgulhosos de conhecermos pessoas desta magnitude e de pertencermos a família do CAER.

Parabéns Tenente Ferreira e equipe. Parabéns ao CAER e em especial ao Sr. Presidente que com competência, dedicação e muito trabalho conseguiu arrebanhar uma equipe de ponta e fazer com que o CAER destaque-se cada vez mais”.

Assina um “Empresário, piloto e sócio contribuinte do CAER”.



Ten Brig Ar
Carlos de Almeida Baptista

Recentemente tive um sonho, desses que são pouco comuns de serem sonhados em pessoas como eu, que estão no outono de suas vidas. Os leitores civis vão ter de me perdoar por enfocar, neste artigo, a vida passada e os sentimentos que permanecem na mente e na alma de um velho militar que, teimosamente, mas por imposição da “companheirada” ainda continua prestando serviços à coletividade. Faço-o com prazer.

O velho militar, depois de tantos anos de muita atividade, iniciada no início da sua juventude, vê-se, de repente, de pijama.

Aos 16 anos afastou-se da família e juntou-se a um grupo de rapazes, de quem iria se apartar depois de alguns anos. Alguns ensinaram outros a fazerem suas primeiras barbas. Alguns ofereceram seus ombros para que outros chorassem suas saudades de casa e da primeira namorada. Outros ensinaram “macetes” e “promoveram mistérios”, enriquecendo os “papos de alojamento”. Uns já eram jovens maduros, outros iriam amadurecer rapidamente, à sombra do RDAer. Adotamos a Disciplina Consciente e o Código de Honra, ao qual aderimos espontaneamente, comprometidos a não mentir, não colar, não furto, não faltar à verdade.

Iniciamos um curso que iria terminar 30 anos após. Depois do Aspirantado, cumprido o estágio probatório, veio o Curso de Tática para os aviadores, o Curso de Aperfeiçoamento para todos os oficiais na faixa de Capitães, o Curso de Comando e Estado-Maior/Direção de Serviços para os Majores/Tenentes-Coronéis, e finalmente, o CPEA (Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais) para prover condições de acesso ao generalato.

As turmas mantiveram-se unidas, através dos anos, magicamente. As distâncias não separaram seus integrantes, só fizeram aumentar as saudades, depois dos encontros comemorativos que anualmente aconteceram. Engraçado constatar que os maiores promotores de encontros são aqueles que não seguiram a carreira militar. Que durante suas caminhadas civis continuaram torcendo pelo sucesso dos guris de outrora, vibrando a cada degrau superado e a cada conquista alcançada.

Foi assim com a minha turma, é assim com todas as demais.

Fiz estas divagações para que os leitores compreendam melhor o sonho que tive. Não sei se acontece com os outros, mas ainda costumo sonhar, tantos anos depois, que estou vivendo uma “aventura” na aviação de caça ou na aviação de transporte, áreas que frequentei na minha vida operacional. Sonho, às vezes, que estou atrasado para uma reunião qualquer; sonho que estou numa plataforma e sinto estar decepcionando a assistência por não encontrar o motivo pelo qual ali estou; sonho que estou com um questionário para responder e não encontro resposta para quaisquer questões que estão colocadas; sonho que esqueci a gravata do 5º Uniforme e tenho que entrar em forma, sem tempo de retornar ao alojamento. Mais pesadelos que sonhos!

Desta vez comecei sonhando um sonho lindo. Estava desfrutando de um passeio nas ruas da minha cidade, todas bem pavimentadas, bem iluminadas, dirigindo meu automóvel, com minha família a bordo, absolutamente despreocupado. Fiquei orgulhoso de ver a juventude saindo das escolas públicas, bem uniformizadas e alegres. Fiquei feliz por verificar que conseguiram recuperar os hospitais públicos e que não havia mais depósitos de desprotegidos da sorte se amontoando pelos seus corredores, nem filas para recebimento de senhas. Num passe de mágica anoiteceu e não vi mendigos vagando pelas ruas ermas ou amontoados em calçadas “estratégicas”, ou sob viadutos, consumindo “crak” para mitigar a fome ou curar as feridas do corpo e da alma.

Preguiçosamente acordei, abrindo os olhos bem devagar na esperança de que toda a dissolução dos costumes não tivesse acontecido. Que não tivesse acontecido Woodstock, nem a queima dos “soutiens”, que ainda fossemos 90 milhões em ação. Logo percebi que a realidade era cruel.

Ligo a TV para ver o telejornal, ao tempo em que cumpro o vício de ler o matutino diário. Já não me assusto com os novos escândalos, com as demonstrações cínicas de menosprezo ao povão, dadas sempre e, principalmente, pelos “maucaristas juramentados” que se locupletam nos diversos níveis do poder público, enchendo as cuecas e demais “vestimentas” com maços de dinheiro roubados dos contribuintes.

Sabem o que vai acontecer? Nada. É só deixar o tempo passar, negar e negar, até que um novo escândalo apareça e coloque o

“velho” no limbo. No máximo, todos renunciam e voltam depois, trazidos pelo eleitorado que, na grande maioria, não sabe avaliar as consequências da má escolha no voto.

No outro dia, um velho soldado a quem tanto prezo e admiro, entregou-me uma folha de papel, com um poema que, dizia ele, refletia seu estado de desânimo frente à situação de deterioração moral que a geração de hoje impinge à nossa, que já vai desaparecendo aos poucos (como nós). Vou encerrar publicando-o, muito orgulhoso por ter pertencido a essa geração “careta”.

“Nós nascemos antes da televisão, antes da penicilina,

da vacina Sabin, antes da comida congelada, da fralda descartável, do xérox, do plástico, das lentes de contato e da pílula anticoncepcional.

Nós nascemos antes do radar, dos cartões de crédito, fissão de átomos, raio laser e canetas esferográficas. Antes das máquinas de lavar pratos, secadoras de roupa, cobertores elétricos, ar condicionado e antes do homem andar na lua.

Nós casávamos primeiro e só depois morávamos juntos. Gente estranha, não?

Nós nascemos antes dos direitos dos “gays”, da mulher que trabalha dentro e fora de casa, da “produção independente” de filhos, dos berçários, da terapia de grupo, dos SPAS, dos Flats e dos carros a álcool.

Nós nunca tínhamos ouvido falar em fita cassete, vídeo cassete, máquinas de escrever elétrica, vídeo games, computadores, “danozinho” e rapazes de brinco. Nos nossos dias fumava-se cigarros, “erva” era usada para fazer chá, “coca” era um refrigerante e “pó” era sujeira. Embalo era como se fazia as crianças dormirem, “lambada” era chicotada, “fio dental” servia para higiene bucal e “malhar” era coisa de ferreiro.

Nós nos contentávamos com o que tínhamos.

Nós fomos a última geração tão boba e ingênua, a ponto de pensar que se precisava de marido para ter um bebê.

Não é de se espantar que estejamos tão confusos e haja tamanha lacuna entre as gerações.

Mas nós vivíamos

Sim, nós vivíamos e continuaremos a viver, apesar das próximas invenções. Temos dentro de nós uma força intensa que não é invenção dos homens nem privilégio dos novos tempos. DEUS.” ■

Gaspar David Friedrich
1830/1835

TIVE UM SONHO!

MEDALHA MÉRITO DESPORTIVO MILITAR

No dia 26 de fevereiro de 2010, na Escola de Educação Física do Exército, localizada no Forte de São João – Urca – Rio de Janeiro, realizou-se a cerimônia de entrega da Medalha Mérito Desportivo Militar, destinada a agraciar militares brasileiros que tenham se destacado em competições desportivas nacionais e internacionais, bem como militares e civis brasileiros ou estrangeiros que tenham prestado relevantes serviços ao desporto militar do Brasil.

Com a presença dos Comandantes das três Forças Armadas, Alt Esq JULIO SOARES DE MOURA NETO (Comandante da Marinha). Gen Ex ENZO MARTIN PERI (Comandante do Exército) e o Ten Brig Ar JUNITI SAITO (Comandante da Aeronáutica).

Foram agraciados os seguintes militares da Força Aérea Brasileira e um civil:

- Ten Brig Ar MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES;
- Maj Brig Ar ANTONIO FRANCISCANGELIS NETO;
- Maj Brig Ar ROBINSON VELLOSO FILHO;
- Maj Brig Ar WILSON FREITAS DO VALLE;
- Brig Ar WAGNER SANTILLI;
- Cel Av LEONIDAS DE ARAUJO MEDEIROS JUNIOR;
- Cel Av ARAKEN HIPÓLITO DA COSTA;
- Cel Av NERI DO NASCIMENTO;
- Cel Av UBIRAJARA DA SILVA RAMOS;
- TCel Av DÉCIO DIAS GOMES;
- TCel Av FLÁVIO CATOIRA KAUFFMANN;
- 1º Ten QCOA ASS FABIANA BEATRIZ NOGUEIRA;
- Senhor (Post Mortem) WALTER ARNALDO KUPPER



Oficiais da Aeronáutica agraciados com a Medalha do Mérito Desportivo Militar, entregue na Escola de Educação Física do Exército, no Forte São João, na Urca (26/2/10)

PRACINHAS SÃO HOMENAGEADOS PELA ADESG NO CAER

A ADESG realizou, no CAER, No dia 26 de fevereiro de 2010, homenagem com almoço aos “Pracinhas” da Força Expedicionária Brasileira – FEB, do Exército e os Veteranos do 1º Grupo de Aviação de Caça – 1º GAV CA “Senta a Pua”, da Aeronáutica, que tantas gloriosas vitórias conquistaram na Itália, por ocasião da II Guerra Mundial, elevando o nome do Brasil naquele Teatro de Operações (TO).

O Jornalista Gerdal dos Santos leu o discurso do Presidente da ADESG, Brig Hélio Gonçalves. Seguiu-se a entrega de Diplomas de “Personalidade Adesguiana”:



O Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, Presidente do CAER entregou ao Maj brig Ar Lauro Ney Menezes – Presidente da ABRAPC; o Gen Glênio Pinheiro, Assessor da Presidência ao Ten Dalvaro José de Oliveira – Presidente da ANVFEB; o Ten Brig Ar Mauro José Miranda Gandra ao Maj Brig Ar Rui Barbosa Moreira Lima (94 missões de guerra); e será entregue ao Veterano Maj Brig Ar José Rebelo Meira de Vasconcellos (93 missões), que se encontra em Portugal participando da Solenidade da Tomada de Monte Castelo.

Ao final, todos cantaram o Hino Nacional Brasileiro, e seguido de almoço.



Fotos: Jocimar Pequeno

REUNIÃO DO CIM

A Comissão Interclubes Militares reuniu-se em 18/3/10, no CAER, para tratar dos assuntos clubísticos e dos fatos importantes tais como a resposta dos três Presidentes à mídia e aos Sócios sobre o Decreto-Lei da Secretaria dos Direitos Humanos e das medidas apropriadas para que seja reconhecida a preocupação política dos militares com relação ao País.

- Na foto, da esquerda para a direita:
 Cel Renato; Gen Lajoia;
 Ten Brig Ar Baptista; Cel Mesquita;
 Cel Castro (convidado);
 Alte Albuquerque Lima;
 Alte Fernando; Alte Veiga Cabral;
 Gen Figueiredo; e Cel Tavares.



AERONOTÍCIAS

CARNAVAL DOS BAIXINHOS

Foi realizado, na data de 14 de fevereiro de 2010, na Sede Social do Clube de Aeronáutica, no Salão Térreo e Deck, o Baile de Carnaval Infantil, resgatando a nossa tradição e revigorando as costumeiras atividades sociais para a família mirim do CAER.

Não faltaram a animação e as brincadeiras capitaneadas por um grupo de recreatoras.



BAR TÉRREO REFORMADO

Encontra-se reformado e bem decorado, com motivos estilizados aeroespaciais, o bar existente no térreo, cuja localização é ideal para o atendimento ao Deck, ao Restaurante, às festividades do Happy Hour das quintas-feiras e às piscinas, além de muitos outros eventos, como os Encontros de Turmas.

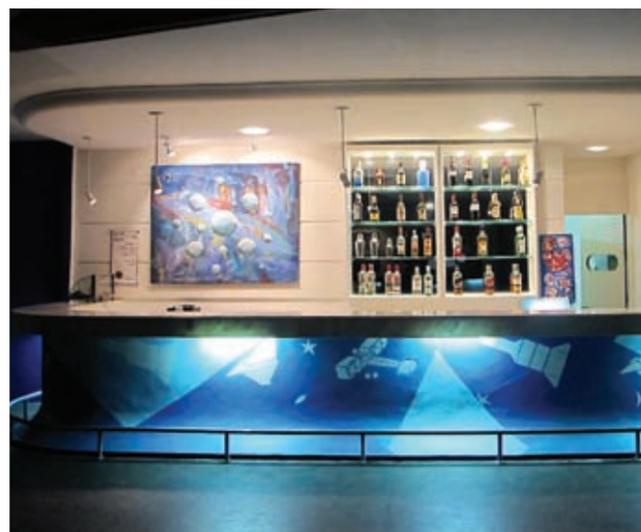


Foto Jocimar Pequeno

ALMOÇO DE TURMAS ASPIRANTES 65

Componentes da Turma Aspirantes 65 (BQ-60) se reuniram no dia 24 de fevereiro, para o almoço mensal, no restaurante da Sede Social do nosso Clube.

O Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Juniti Saito, membro da Turma, marcou presença, respondeu à chamada e saiu, devido a compromissos oficiais.



Foto Jocimar Pequeno

TURMA 42 REVIGORA NOSSA SATISFAÇÃO

Mais uma vez, reuniu-se a TURMA 42, na Sede Social do Clube de Aeronáutica (24/2/10), mantendo nossos fraternos laços afetivos com os companheiros que nos são caros e que sedimentaram fatos importantes da História da Aeronáutica: Ten Brig Ar Becker Reifschneider; Cel Av Celso Rezende; Maj Brig AR Oswaldo Terra de Faria; e T Cel Av Maurício José de Carvalho.

CAER

ALMOÇO DA POUPEX

O Presidente do Clube de Aeronáutica, Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, e o Assessor Especial da Presidência Maj Brig Márcio Callafange e o ex-Ministro da Aeronáutica, Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica Octávio Júlio Moreira Lima, ciceronearam, em 3 de fevereiro de 2010, os assessores da POUPEX em almoço-reunião na Sede Social do CAER.



Foto Jocimar Pequeno

TURMA "AGORA VAI" (veio mesmo)

No dia 8 de novembro de 2009, para nossa satisfação, a Turma Aspirantes 68 implantou a sua Placa Comemorativa na "Galeria das Turmas" do Clube na Sede Social.

Compareceram 17 integrantes e, após o descerramento inaugural, executado pelo componente Lopes, realizou-se o almoço de confraternização, no Restaurante do CAER, com o costureiro congacamento sempre presente nessas oportunidades.



MENSAGENS dos leitores

A REVISTA AERONÁUTICA recebeu as seguintes comunicações:

Ministro Gilmar Mendes – *Presidente do Supremo Tribunal Federal STF* – Cumprimenta o Diretor Cultural e agradece envio do exemplar da Revista Aeronáutica.

Senador José Sarney – *Presidente do Senado Federal* – Agradece o envio do exemplar da Revista Aeronáutica e parabeniza pelo excelente trabalho, tanto pela diversidade do conteúdo, quanto pela qualidade gráfica.

Senador Marco Maciel – Externa a grata satisfação pelo recebimento de atenciosa carta, juntamente com a edição da Revista Aeronáutica com a publicação do seu artigo Crise Política e Reforma Institucional pelo que sente-se honrado, sensibilizado pela atenção concedida e agradece a gentileza e distinção.

Michel Temer – *Deputado Federal* – Agradece o envio da Revista Aeronáutica e apresenta cumprimentos.

Henrique Eugenio Barros Hermida – *Advogado OAB/RJ 111.781* – Acusa o recebimento da edição da Revista Aeronáutica, acentuando: "voei para lê-la".

Cita a correta colocação do autor do artigo do Cel Av Paulo Fernandes da Silva, a corroboração do Ten Cel Int Oney Carlos Xavier e tece comentários sobre o assunto abordado.

Finaliza parabenizando os editores e incentivado que continuem a primar pela excelência, com seus efusivos abraços.

Nilton Pereira – *Presidente da Ginastic* – Acusa o recebimento da Revista Aeronáutica, parabenizando pela excelente qualidade, bem como pelas interessantes matérias inseridas.

Envia cumprimentos e votos de estima e apreço.

Maj Brig Ar Antônio Luiz Rodrigues Dias – *Articulista autor de Tenacidade é preciso* – Cumprimenta pela edição que classifica de "cada número melhor, com conteúdo bastante objetivo, inovador e atraente à leitura."

Agradece a distinção, pela qual sente-se honrado e envia votos para que o trabalho do editor continue a brindar os leitores com o mesmo padrão de qualidade, desejando o ano de 2010 repleto de realizações.

NOTA DO EDITOR

Acrescentando o agradecimento aos colaboradores **Coronel Duncan** e **Capitão Pedra**, pelo envio de imagens que enriquecem a ilustração da Revista Aeronáutica, estendo, outrossim, minha gratidão às manifestações dos leitores, no aguardo de continuas colaborações.

Brig Med Calheiros e o Hospital de Campanha da FAB no Haiti



Hospital de Campanha – HCAMP – da FAB, em Porto Príncipe, Haiti



O Brig Med José Maria Lins CALHEIROS Diretor do CEMAL, em missão no Haiti, dirigindo o HCAMP



Militar da Aeronáutica e pacientes numa enfermaria do HCAMP no Haiti



O Ten Brig Ar Carlos Almeida BAPTISTA – Presidente do Clube de Aeronáutica –, e o Brig Med CALHEIROS – Diretor do CEMAL



No Clube de Aeronáutica, o Brig Med CALHEIROS fala sobre a sua Missão de dirigir o HCAMP, no Haiti

O Brig Med José Maria Lins CALHEIROS, Diretor do Centro de Medicina Aeroespacial – CEMAL, da Aeronáutica, recepcionado pelo Ten Brig Ar Carlos de Almeida BAPTISTA, presidente do CAER, realizou no dia 11 de março de 2010, palestra sobre a atuação do Hospital de Campanha (HCAMP) da Força Aérea Brasileira (FAB), que sob sua direção, atuou na Missão Humanitária de atendimento às vítimas do terremoto no Haiti. A platéia composta pelos Pesquisadores do Grupo de Estudos e participantes do Curso do Pensamento Brasileiro do Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica (CAER) e associados do Clube, ouviram a exposição do Diretor do CEMAL, que iniciou sua apresentação explicando as condições e a realidade daquele país caribenho, cuja situação antes do abalo sísmico (7.3 escala Richter) que destruiu a capital Porto Príncipe, já era difícil, com um ambiente inseguro, desordem política, a presença de gangues e ex-militares fora da lei praticando violências e saques com a falência dos serviços públicos num país com baixíssimo índice de desenvolvimento humano, baixa qualidade de vida, escassez de alimentos e com os poucos recursos que dispõe, mal administrados, acrescentou o diretor do CEMAL.

O Brig Med Calheiros também ressaltou a presença do contingente brasileiro que atua pela Organização das Nações Unidas (ONU), composto por 1.298 militares, sendo 796 do Exército Brasileiro (EB) e 219 do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), além de 250 militares da Companhia de Engenharia (EB) e 33 militares do Paraguai e do Peru e um Oficial de Ligação da Aeronáutica. As equipes do HCAMP realizaram inúmeras intervenções cirúrgicas e outros procedimentos emergenciais junto à população atingida, informou o Brig Med Calheiros, que utilizou no período em que dirigiu o Hospital de Campanha da FAB, no Haiti, a sua longa experiência como médico da Aeronáutica e atualmente como diretor do CEMAL – que acaba de completar 75 anos –, para cumprir sua missão, juntamente com seus comandados.

Curso do Pensamento Brasileiro



O Brasil nasceu a partir de idéias portuguesas baseadas na indissolubilidade da unidade de sua extensão continental e concomitantemente, amalgamou a unidade da língua, a miscigenação racial, harmonizando povos e credos. Refletindo sobre estas questões Nacionais, o Grupo de Estudos criado pelo Departamento Cultural do Clube de Aeronáutica em 2006 – que já produziu dois cursos de Humanidades –, constatou a necessidade de formatar um curso que tratasse do Pensamento Brasileiro.

O curso objetiva a tomada de consciência de Ser brasileiro e a preservação da nossa Cultura como fator de integração Nacional.

FILOSOFIA

Filosofia 1 - Conceitos de Filosofia (geral e brasileira)

Filosofia 2 - Teoria do Conhecimento (ceticismo, dogmatismo, empirismo, idealismo e realismo)

Civilização Ocidental - Fundamentos da Civilização Ocidental

Metafísica - Metafísica no Brasil

Filosofia Política 1 - Fundamentos da Filosofia Política

Filosofia Política 2 - Filosofia Política no Brasil

Filosofia Política 3 - Semana de Arte Moderna, Integralismo e Família Brasileira

Filosofia Política 4 - Tenentismo

Filosofia Política 5 – Fundamentos do Pensamento Brasileiro

Filosofia Política 6 – Culturalismo

Filosofia Política 7 - Pensamento Militar Brasileiro

Filosofia Política 8 – Política Nacional

ARTES

Artes Plásticas - Filosofia da Arte e Sensibilidade na Pintura

Ópera 1 - Ópera no Brasil

Ópera 2 - Ópera no Brasil

Folclore 1 - Folclore Brasileiro e Dança

Folclore 2 - Cultura Popular e Caráter Nacional

Folclore 3 - História do Nordeste e do Cangaço

Poesia e Literatura - Poesia e Literatura Brasileira

Cinema - Cinema Brasileiro

Música 1 - Música Popular Brasileira

Música 2 - Música Erudita Brasileira

Teatro - Teatro Brasileiro

CIÊNCIAS

Diplomacia - A Percepção Brasileira do Mundo

Antropologia - O Homem Brasileiro

Geopolítica 1 - Geopolítica Brasileira

Geopolítica 2 – Amazônia Azul

Geopolítica 3 - Aquífero Guarani

Comunicação - Jornalismo ontem, hoje e amanhã

Economia - Pensamento Econômico Brasileiro

História - Breve História do Brasil

Direito - Direito Constitucional

Sociologia - A Sociedade Brasileira

Física 1 - Avanços Tecnológicos no Brasil

Física 2 - O Foguete V2 e o desenvolvimento de foguetes no Brasil

RELIGIÃO

Filosofia da Religião 1 - Origem do Fenômeno Religioso

Filosofia da Religião 2 - Cristianismo e Pensamento Brasileiro

Ética - Fundamentos Éticos da Cultura Brasileira

Sentido da Vida - Reflexões Teológicas

GUERRAS

Guerra 1 - Filme: Senta a Pua (A FAB na II Guerra Mundial)

Guerra 2 - Guerra do Paraguai

Guerra 3 - 2ª Guerra Mundial e a presença Brasileira (A FEB)



PENSAMENTO BRASILEIRO

Ricardo Vélez Rodríguez

Coordenador do Núcleo de Estudos Ibéricos
e Ibero-americanos da UFJF

Rive2001@gmail.com

Há uma filosofia brasileira e qual seria a sua originalidade? Poderíamos responder a esta pergunta afirmativamente, indicando que a sua originalidade decorre da situação inédita em que os nossos pensadores apreendem e discutem os grandes problemas da existência, à luz da tradição filosófica ocidental. Quais seriam, então, os grandes problemas aos quais os pensadores brasileiros tentaram dar uma resposta?

No século XVIII, o problema fundamental era se havia um saber que garantisse a salvação de indígenas e colonizadores europeus. Exemplo deste tipo de preocupação foi a obra de Nuno Marques Pereira, publicada várias vezes ao longo do século XVIII e que se intitulava: Peregrino da América. Na segunda parte desse mesmo século, ao ensejo das reformas efetivadas pelo marquês de Pombal no terreno educacional, o problema que preocupava aos pensadores era o do tipo de filosofia que deveria ser ensinado para garantir a modernização da sociedade; tal preocupação constituiu o cerne da obra de Luiz António Verney, intitulada: Verdadeiro método de estudar, à luz da qual se estruturou a corrente denominada de empirismo mitigado.

Com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, muda o foco das preocupações dos nossos pensadores. Tratava-se de dar alma ao esforço em prol de construir uma nova Nação, integrada por colonizadores, silvícolas e os primeiros descendentes da mistura dos portugueses com as raças ameríndias. Surgiu, numa primeira instância, uma resposta de inspiração espiritualista, que centrava a atenção nas questões da consciência e da liberdade: tal foi o motivo inspirador da obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, intitulada: Preleções filosóficas, publicada pela Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, em 1813. No terreno da filosofia política,

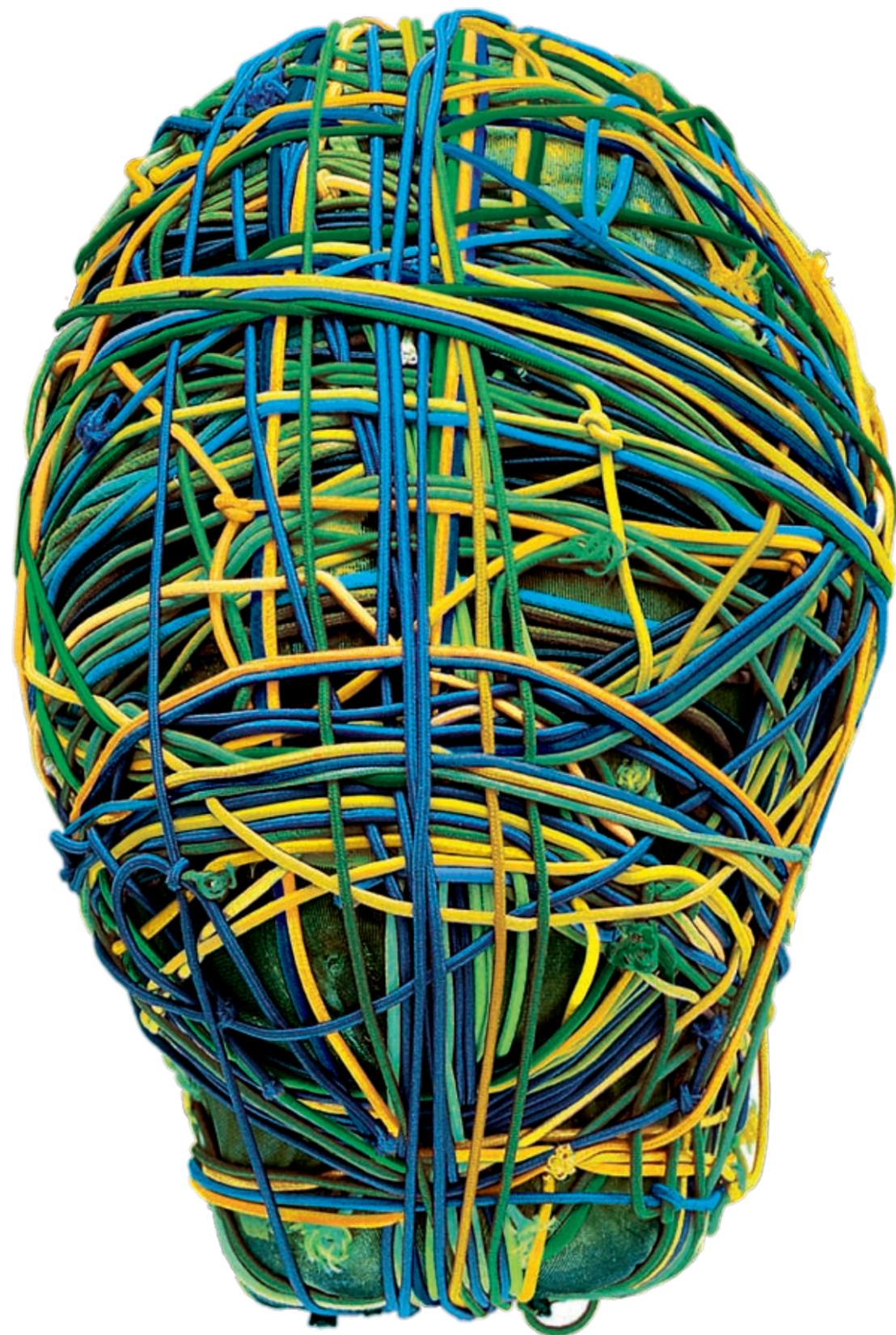
esse mesmo autor deitou as bases para a prática da representação política como forma de superar os conflitos civis, nas suas Cartas sobre a revolução brasileira e, ulteriormente, no seu Manual do cidadão num governo representativo.

A preocupação com a consolidação das instituições imperiais, ao redor do Poder Moderador, num contexto liberal que garantisse a liberdade e a representação política, motivou ao maior filósofo do Império, Domingos Gonçalves de Magalhães, visconde de Araguaia, em meados do século XIX, a escrever a sua obra intitulada: Fatos do espírito humano, com a qual se consolidou a escola do ecletismo espiritualista. Já no final do século, as novas tendências da filosofia europeia, bem como a crítica às instituições imperiais, deram ensejo ao surgimento da corrente denominada de Escola do Recife, solidamente ancorada, com Tobias Barreto e Sílvio Romero, na herança neokantiana. Paralelamente, a crítica ao liberalismo imperial foi efetivada na retomada da tradição cientificista (que vinha da era pombalina), desta vez à luz da filosofia positivista de Augusto Comte, cultivada na Sociedade Positivista do Rio de Janeiro (com Luiz Pereira Barreto à testa), no Rio Grande do Sul (pelo líder republicano Júlio de Castilhos) e no Apostolado Positivista (sob a direção de Miguel Lemos e Teixeira Mendes). A República foi proclamada em 1889, sob a inspiração do positivismo que, no meio militar, teve como figura de proa Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

No início do século XX, a grande questão discutida pelos nossos pensadores foi a do espiritualismo, em face das correntes cientificistas e materialistas herdadas do século XIX. A obra de Farias Brito brilhou como resposta metafísica a essa problemática. Do ponto de vista da nova metodologia que deveria guiar ao conhecimento científico, a fim de superar o

dogmatismo comteano, dois pensadores, Otto de Alencar e Amoroso Costa, fundadores da Academia Brasileira de Ciências, elaboraram original resposta que se inscreveu na tendência do neopositivismo que, no que tange às ciências humanas, encontrou exímios representantes em Pontes de Miranda e Leônidas Hegenberg. A preocupação de recolher a herança de Marx no contexto da ciência econômica, preservando a tradição cientificista, deu ensejo à obra de Leônidas de Rezende, intitulada: Economia política, finanças e contabilidade (1918). A herança dos existencialismos europeus inspirou a obra de vários pensadores como Vicente Ferreira da Silva nos seus Diálogos filosóficos, Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto.

A Fenomenologia de Husserl encontrou dedicados cultivadores ao longo das últimas décadas, na obra de pensadores como Creusa Capalbo, Aquiles Côrtes Guimarães, Nilton Campos e Isaías Paim. A tradição católica, ancorada na idéia de preservar o humanismo cristão formulado por Jacques Maritain, encontrou seguidores importantes como Alceu Amoroso Lima, Leonardo van Acker, Ubiratan de Macedo, Tarcísio Padilha e Urbano Zilles. No entanto, a tendência doutrinária de maior fôlego intelectual foi, no século XX, a representada pelo Culturalismo, formulado por Miguel Reale (especialmente em Experiência e cultura, publicada em 1978), Antônio Paim (cuja mais importante contribuição é a História das idéias filosóficas no Brasil, com várias edições), Djacir Menezes, Paulo Mercadante (com a obra intitulada: A consciência conservadora no Brasil, de 1982), Nelson Saldanha, Francisco Martins de Souza (com a sua obra O culturalismo sociológico de Alcides Bezerra), Ítalo da Costa Jóia, etc. Estes autores situam-se na trilha humanística deixada pela Escola do Recife, com marcada influência neokantiana, fenomenológica e hegeliana ■



AFONSOS E O PENSAMENTO CASTRENSE

Brig Ar

Tarso Magnus da Cunha Frota

tmcfrota@terra.com.br

“... quem ultrapassa os portões dos Afonsos... sente a magia que envolve a nostálgica gleba...”

O Campo dos Afonsos é o ninho da Aviação Brasileira. Lá se iniciaram as primeiras atividades aéreas sob o respaldo do Exército Brasileiro que, a exemplo das nações envolvidas na I Grande Guerra, julgou quanto da necessidade em ativar a nova Arma Aérea revelada de vital importância no desenrolar das táticas e estratégias das Forças envolvidas na conflagração.

Realmente a escolha não poderia ter sido melhor, dada a invejável posição geográfica da Fazenda dos Afonsos que, à época, era isolada da área urbana com pastagens facilmente transformáveis em pistas de pouso, condições que fizeram dos Afonsos o “grande ninho” das iniciações aéreas na vida nacional.

Crescendo em termos de aquarteamento, com a construção de hangares para os serviços de manutenção e abrigo das aeronaves, a tradição Aeronáutica foi se firmando na formação dos nossos pioneiros, caracterizando o “espírito aviatório” que perdura até os dias de hoje, dando aos Afonsos a moldura de centro pioneiro das Asas no Brasil.

Nós, soldados aviadores, fomos criados sob a égide da “missão cumprida”, e independentemente das circunstâncias, adversas ou não, somos conscientes que todas as determinações no campo da atividade castrense têm um cunho altamente relevante.

Encimado por essa afirmação e na pauta de se manter acesa a chama do patriotismo, há de se comentar que determinados comportamentos emanados de responsáveis pela condução da vida nacional, são muitas vezes, motivos de preocupação. Foram muitos os jovens que assentaram nas plagas do “lendário

e tradicional Campo dos Afonsos, berço da aviação militar brasileira”, onde, mercê do aprimoramento na técnica de voar, receberam, também, o legado de manter a PÁTRIA INCÓLUME não só nos limites das suas fronteiras, arduamente desenhadas, mas, também, dentro dos parâmetros da moralidade pública.

O Campo dos Afonsos, para orgulho dos aeronautas, é o caldeamento que integrou o homem e o avião.

Podemos dizer que neste AMBIENTE NOSTÁLGICO a Força Aérea Brasileira iniciou a formação dos seus Aviadores, que lá aportaram cheios de sonhos, trazendo n’alma o mais belo de todos os ideais: VOAR!

Com uma visão desenvolvimentista o Governo brasileiro criou o Ministério da Aeronáutica em 1941, congregando Aviação Militar e Naval, dando à Escola de Aeronáutica nos Afonsos a missão de formação dos Aviadores Militares.

Considerando as assertivas acima como um exórdio aos comentários que julgamos pertinentes nas presentes avaliações, vamos mais uma vez fazer justiça aos antigos docentes da Escola de Aeronáutica, onde, na pauta da formação dos Cadetes de então, mestres como Ayrton Lobo, Maurílio Cunha, Liberato Bitencourt e todo o Corpo de Oficiais e Instrutores de Vôo, que fizeram chegar aos jovens cadetes uma dimensão do pensamento Castrense. A concepção de velhos comandantes como Fontenelle e dos mestres da antiga Escola merece uma avaliação mais acurada visto que, no roldão da História Militar Pátria, as atuações dos fardados no Império e República merecem estudo analítico específico, frente os aspectos políticos e ideológicos que envolveram a vida brasileira.

Torna-se interessante ressaltar que o ínclito historiador e professor Leonardo Trevisan, em sua obra o “Pensamento Militar Brasileiro” (Global- 2ª Edição -1987) afirma que as “idéias dos militares foram muito

importantes para a História contemporânea brasileira”. Na pauta da posição de Trevisan passamos a entender a dinâmica evolutiva da nação, considerando-se o Império como início deste desdobramento.

A chegada da Família Real em 1808 passou a ser um marco importante na novel Monarquia abaixo do Equador, em pleno tropicalismo, como relatam historiadores, adiantando que a monarquia tinha no seu cerne o sangue de tradicionalíssimas famílias da nobreza européia, outorgando ao nosso torrão o pomposo nome de “O REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES”.

Ousamos, assim, afirmar, que o pensamento militar aportou ao novo mundo, visto que as fronteiras exaustivamente conquistadas pelo mundo lusitano tornaram-se reféns dos fardados de então, sempre envolvidos nas escaramuças com os castelhanos que, vez por outra, bafejavam maiores limites nas suas posses ao longo dos pampas, nos talvegues que nos separavam do norte ao sul e nos contrafortes andinos.

Faz-se mister trazer essa assertiva visto que, com a Monarquia, arribaram para o Rio de Janeiro as mais tradicionais organizações lusitanas, como a famosa Escola de Sagres, aqui aportando com a designação de Academia Real dos Guarda-Marinhas, famoso centro responsável pelas grandes navegações, juntamente com outras unidades militares para guarda e proteção da Casa Real. Há de se destacar neste contexto a vinda de eméritos professores e mestres em múltiplas atividades curriculares, fato este que ensejou a formação dos nossos náutas em Villegagnon, nunca esquecendo a Academia Real Militar, no Largo de São Francisco, onde matemáticos, físicos e outros homens do saber deram início à formação de Oficiais para as tropas e os primeiros Engenheiros do novo Império. O espírito desenvolvimentista do Imperador, criando a Academia Real Militar,

ensejou com este ato a primeira Escola de Ensino Superior no Brasil. A preocupação da Corte seria a formação de militares em condições de manter as Fortificações que se distribuíam pelas fronteiras e defendiam a integração da nova nação.

Como sói acontecer com as nações politicamente organizadas, a história assegura que nenhum país pode prescindir de Forças Armadas bem treinadas e com quadros de elevado nível profissional, visto que nos homens de farda não existem só armas e navios, mas soldados intelectualizados preocupados com a vida da nação.

Podemos afirmar que o Brasil deixando de ser colônia e tendo ao lado hispânicos não muito pacifistas, o Exército e a Marinha ocuparam os espaços importantes de garantia à desenvoltura da Monarquia, no campo interno e nas relações com nossos irrequietos vizinhos. O Império sentia que os soldados eram imprescindíveis, não só nas faixas de fronteiras ainda muito discutidas, mas na manutenção da ordem e a própria integração territorial, vez por outra maculada por anseios regionais, como o Movimento Farrroupilha e a Confederação do Equador que, para gáudio da monarquia, foram resolvidos nas dimensões dos interesses da nação.

Dom João VI retornou à terra Lusa após quinze anos, atendendo motivos monárquicos e políticos, entregando o Reino ao seu filho Dom Pedro, na posição de Príncipe Regente.

Não tardou muito e o jovem Príncipe cerceado por múltiplos fatores aderiu à causa da Independência, ensejando com sua atitude uma nova dimensão política no país. Em consequência, a monarquia deu início à organização política e administrativa que se fazia imperiosa à pátria jacente.

Assim, com a promulgação da primeira Constituição, iniciaram-se as atividades da nação, respaldada pela Carta Magna, no contexto dos povos Americanos.

A vida militar passou a ter seus contornos e, sempre soou muito claro, que a exemplo das Casas Reais do Velho Mundo, a Marinha de Guerra mostrava suas tradi-

ções, era mais aristocrática e gozava dos favores da coroa. O novel exército, sob a ótica política dominante, buscava sua afirmação como tropa regular, sem grandes respaldos dos monarquistas de então. Os descendentes das famílias de maior posse já contavam com postos hierárquicos permanentes na Guarda Nacional, criada com a finalidade precípua de manter uma tradição já arraigada de prestigiar fazendeiros, cafeeiros e grandes proprietários, nos postos de coronéis, majores, capitães e tenentes, como estatuiu a Lei de Criação da Guarda Nacional, sancionada em 1831. Nesse compasso, pessoas gradas engalanavam-se com “títulos militares”, sem o respaldo das qualificações indispensáveis à atividade militar. Torna-se imperioso comentar, o que era público e notório nos cadernos da imprensa, que o Senado Imperial, na pessoa de José de Alencar, não concordava com gastos militares para compra de armamento, alegando que não “havia clima de confrontação” que justificasse despesas com material bélico no contexto da nação.

Não demorou muito e a monarquia sentiu-se obrigada a dar resposta ao Ditador Lopez do Paraguai, que desencadeou um ataque às fronteiras brasileiras, fato que motivou uma resposta da tropa que, apesar da falta de armamento e equipamento, mostrou-se digna, combativa, cobrindo-se de glórias em vários eventos da Guerra conhecida como da Tríplice Aliança. As lutas no Paraguai dimensionaram o Exército Imperial, que voltou melhor estruturado, orgulhoso das vitórias na campanha, consagrando o soldado brasileiro, que mostrou uma invulgar capacidade militar, onde surgiram os primeiros heróis como Caxias, Osório, Sampaio, Tamandaré, Greenghald, Marçilio Dias e muitos outros.

Após o embate nos campos do Paraguai, os militares retornaram com uma preocupação: o emprego de tropa no campo da estratégia e planejamentos no nível de Estado Maior. O engajamento do Conde d’Eu, esposo da Princesa Isabel, nas lutas com Solano Lopez, substituindo

Caxias no final das operações na conquista de Assunção, causou mal estar no seio da oficialidade, que o considerava petulante, portador de um sotaque com forte acento gálico, que o distanciava da tropa. Visconde de Taunay, historiador e comentarista do embate Paraguaio, relatava nos seus cadernos que o Príncipe Consorte não atendia às condições indispensáveis a um oficial de Estado Maior. A formação dos nossos oficiais ficava circunscrita às heranças de Sagres e o Exército mantinha os seus cadetes do Largo de São Francisco, como já referido nos presentes comentários. Todavia, não há como esquecer a Escola Militar de Rio Pardo, que posteriormente se transferiu para Porto Alegre, ambas no Rio Grande do Sul, que de 1848 até 1911 foram centros de preparação na região sulina, graduando os antigos Alferes, posto inicial da carreira das armas. É interessante adiantar que muitos dos formandos da Escola Sulina lutaram no Paraguai e ascenderam a elevados postos na vida militar.

O livro “Santa Catarina no Exército” de autoria do Almirante Henrique Boiteaux (vol I, pg 141, Ed. Bedeschi, 1942), relata comportamentos de militares no correr das lutas no Império, buscando caracterizar o espírito do soldado brasileiro face às “realidades” que cercavam a Monarquia. Nesse passo vamos encontrar em Boiteaux uma interessante avaliação das contingências militares Imperiais, que falam por si só: o “descaso que tiveram os homens do Governo pelo aparelhamento das nossas forças armadas, tornou-se patente em todos os tempos” (pg 350). Como se vê, o soldado relativamente acuado nas suas atividades passou a viver outras preocupações, fato este que acendeu manifestações na Escola Militar da Praia Vermelha, centro de excelência na formação de oficiais, onde, o Coronel Professor Benjamin Constant, conhecido como um ardoroso seguidor das idéias positivistas de Augusto Comte, alardeava suas convicções Republicanas no seio dos jovens Cadetes. Recorrendo às notas de Trevisan, que na sua obra (já referida, pg 8), afirmava “...que dos quar-

téis não saem apenas fuzis, canhões etc... saem, também, idéias que têm inegável importância na vida da nação”.

Observa-se que o Positivismo capitaneado por Benjamin Constant, passou a ser o “mote” da propaganda Republicana, no ponto mais sensível da formação militar: a Escola Militar. Outro ponto que Trevisan insiste em suas avaliações é que, após a Guerra do Paraguai, os militares sentiam-se mal pagos, recebiam os vencimentos atrasados, condicionantes estas que de muito facilitaram a adesão aos cantos positivistas. Os homens de farda não se consideravam corruptos e, traziam no seio, um aferrado patriotismo, publicamente testado nos campos de batalha.

As idéias de Comte passaram a ser um ingrediente de cunho cultural que se identificava com a Consciência Republicana em alta ebulição. O Brasil monárquico era reconhecido como o berço do bacharelismo, caracterizado por uma abundante cultura jurídica, consentimento este típico da nossa latinidade, onde o intelectual se afogava nas dimensões filosóficas dos clássicos grego-romanos. A Escola Filosófica da Faculdade de Direito do Recife florescia na monarquia com o seu Culturalismo, pautado em Tobias Barreto, Silvio Romero e outros, cativando os jovens bacharéis, que não só faziam restrições ao soldado de carreira, mas entendiam que o militar não era ligado ao HUMANISMO. Essas posições acirraram a pregação de Augusto Comte, e os fardados ressentidos com a monarquia abraçaram definitivamente a bandeira Republicana. Sob a égide desse compasso a República nasceu a 15 de Novembro de 1889, proclamada por Deodoro da Fonseca, concretizando definitivamente o sonho de soldados monárquicos e os dos culturalistas, que seguiam as posições do liberalismo de Ruy Barbosa e Rousseau.

Flui claro na obra de Boiteux, prementes histórico de militares Catarinenses com bons serviços prestados à nação, onde, pinçamos o nome do General Julio Anacleto Falcão da Frota, soldado que se cobriu de glórias nos embates da Tríplice

Aliança como engenheiro militar, planejando e construído obras nas áreas sensíveis dos embates, com realizações em pontes, redutos, entrenchamentos e fortificações que de muito facilitaram o emprego da tropa. O importante na vida deste militar, razão do presente comentário, é que Falcão da Frota recebeu o maior prêmio de um soldado: foi o primeiro Coronel de carreira a receber os bordados de General na nova República.

Ao lado dos seus merecidos galões, honrou-se, também, com outro acontecimento: a sua designação para governador do Rio Grande do Sul, prova inequívoca da confiança do Governo constituído ao heróico engenheiro de sapadores. Relembrando nossa formação como Cadete do Ar na sempre lembrada e saudosa Escola de Aeronáutica nos Afonsos recordamos as aulas de Ayrton Lobo, mestre erudito e fluente que nas suas exposições, além de uma extraordinária retórica, inebriava pela sua verve de jurista, publicista e historiador, nas desenvolturas da cátedra que ministrava. As considerações deste “Velho Coronel Professor” ecoaram na nossa intelectualidade, levando-nos a buscar nas ciências humanas e sociais uma melhor diretriz para conviver com as realidades que buscávamos entender. O presente comentário nos conduz ainda a Liberato Bitencourt, gênio matemático, que no correr das aulas de Descritiva confessava-se Positivista e, vez por outra soltava o seu “bordão”:

“A República é prescrita pela política científica e pela moral”.

A nova República nasceu e o militar passou a sentir a responsabilidade de fazer parte da uma grande nação, escorada na realidade do espírito de Rousseau:

Igualdade, Liberdade e Fraternidade
Todavia, a realidade republicana começou a apresentar dificuldades na sua desenvoltura, preocupando os “sonhadores republicanos”.

Sombreada por estas avaliações, há de se afirmar que os governos eleitos no início do século XX envolveram-se em atividades

“conhecidas como questionáveis”, alertando os jovens militares nos postos iniciais da carreira que, inconformados com a condução da vida nacional, passaram a clamar por melhorias e mais seriedade na condução da novíssima casa Republicana. Começa a surgir no meio militar o recrudescimento de insatisfações quanto à honestidade e a moralidade das autoridades constituídas. E a história, sempre presente nas suas avaliações, encontrou uma terminologia própria para estas “inquietações no seio militar”, conhecidas na vida política como: Tenentismo, Coluna Prestes e os Dezoito do Forte.

Estes movimentos evidenciaram as preocupações do soldado republicano e fogem da essência do presente trabalho, merecendo na espécie um estudo específico, distante dos propósitos deste comentarista, que buscou, tão só, a essência e o espírito do Soldado Imperial, magnetizado que foi pelos anseios Republicanos.

Como ementa da gênese do presente estudo segue o concretismo das nossas intenções:

O SOLDADO IMPERIAL
FOI O MENTOR DA VIDA
REPUBLICANA! ■



A Mentalidade Maginot

Manoel Soriano Neto

Cel Ex e Historiador Militar

A Primeira Guerra Mundial transcorreu sem qualquer brilho estratégico. Aquele conflito foi uma guerra de trincheiras, metralhadoras e arame farpado, eminentemente defensiva. A França, um dos países vencedores, construiu na fronteira com a Alemanha a famosa Linha Maginot, para conter o ímpeto de um ataque inimigo, com a finalidade de assegurar os prazos necessários à mobilização. Lá se afirmava que, em face da inexpugnabilidade da Maginot (por ela não se passaria: Ici on ne passera pas), não haveria mais necessidade da criação de Divisões Blindadas ou de se prolongar o serviço militar: era a mentalidade Maginot, expressão cunhada depois, ou seja, a Linha Maginot tornou-se uma justificativa para que as FFAA francesas se privassem de inovações bélicas e de formas modernas de combate. Porém, não era assim que pensavam o Japão, a Rússia e, principalmente, a Alemanha. E, com a inexplicável ilusão francesa e aliada, o mundo

viu-se surpreender com a invasão da Polônia e a queda incredivelmente rápida da Holanda, Bélgica e França...

Desafortunadamente, no Brasil, desde os anos de 1990, uma mentalidade Maginot impregnou-se nos governantes e nas elites dirigentes. Nas duas últimas décadas, ocorreu uma brutal fragilização da expressão militar do Poder Nacional. O País renunciou à aspiração de, pelo menos, ser uma potência regional, como

provam os inúmeros acordos e tratados que avençamos com Organismos Internacionais, lesivos aos nossos interesses estratégico-militares. E o fato se agravou, sobremaneira, na atualidade, em vista do grande desafio que é a Amazônia, hoje alvo prioritário da cobiça internacional, como é por demais conhecido, especialmente, com a equivocada exacerbação de políticas voltadas para as causas ambientalistas e indígenas.

A política indigenista brasileira, infelizmente, contabiliza três grandes êxitos: a homologação de colossais reservas indígenas, em área contínua e na faixa de fronteira (como as de Roraima), sendo certo que 13% (!) do território nacional estão reservados aos índios; o Decreto nº 5.051/2004, que promulgou a lesiva Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual pouco se fala, com relação “aos povos indígenas e tribais”, na qual é repetida, exaustivamente, a expressão “povos indígenas”, uma porta aberta para a criação de enclaves ultranacionais, com vistas à internacionalização, em especial, de nossa Amazônia; a aprovação, em setembro de 2007, da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, da ONU, com o entreguista voto do Brasil, visando ao enfraquecimento dos Estados Nacionais, um crime de lesa-pátria, com a intenção de dividi-los, criando-se Estados (ou Nações Indígenas) dentro de Estados Soberanos. Tal Declaração confere um status especial de autonomia aos índios e, se transformada em Tratado ou Convenção, e for referendada em duas votações por 3/5 das Casas do Congresso, terá força de Constituição, ex vi da EC/2004, recepcionada pela Lei Magna, no parágrafo 3º, de seu artigo 5º (o parágrafo 4º, do mesmo artigo, reconhece o Tribunal Penal Internacional).

E mais: o atual Presidente da República homologou, em área contínua, a descomunal Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, onde outra, a Lanomâmi, quase seis vezes maior,

já existia, o que reterritorializou o mais novo estado brasileiro, inviabilizando-o como ente federativo autônomo (de onde expulsaram - em plena crise econômica mundial - os arrozeiros e agricultores não índios, que vêm contribuindo com 11% do PIB estadual). E o que seria, racialmente, o não índio, no meio de uma população já totalmente miscigenada, como a da Amazônia, havendo no Brasil, graças ao bom Deus, uma raça cósmica, mistura de todas as raças, sem prevalência de qualquer delas? Será que a FUNAI (ou quem de direito) pode estabelecer critérios para tal, ao arripio de cláusulas pétreas da CF/88 e da Lei Afonso Arinos?

Com essas e outras espadas de Dâmocles sobre o Brasil, poderão ser criadas 226 (!) Nações Indígenas, correspondendo, repita-se, a 13% do território nacional, balcanizando-se, particularmente, a Amazônia, no dizer do eminente professor Marcos Coimbra. A propósito, o Primeiro Mandatário do País afirmou, recentemente, que os aborígenes se encontram na fronteira amazônica, garantindo a sua posse para o Brasil, bem antes do descobrimento (eram terras, à época, da Espanha, Senhor Presidente; e que não nos esqueçamos da Questão do Pirara, de triste memória...). Por seu turno, os doutos e sábios antropólogos da FUNAI, defensores da caótica política indigenista nacional, afirmam, peremptoriamente, que não causa qualquer risco à nossa soberania, a ocupação, somente por poucos índios, de descomunais áreas (pois eles precisam perambular), riquíssimas em minerais estratégicos, junto às fronteiras (!). Ora, afirmar-se que os silvícolas são apenas usufrutuários de terras da União, é uma vã e ingênuo ilusão, uma cortina de

fumaça, eis que em reservas indígenas, o cidadão brasileiro comum somente entra, como já é do conhecimento de todos, se autorizado pela FUNAI ou por ONG's estrangeiras, predadoras e espãs. E agora surge, por força de um Decreto, a solução salvacionista, a solução-talismã: a criação, nas terras indígenas, de frágeis Pelotões Especiais de Fronteira (quando lá deveriam instalar-se, como vem pugnando o Coronel Gélío Fregapani, Organizações Militares operacionais, como Companhias ou Batalhões de Infantaria da Selva). Diga-se que somente com essas Tropas se poderia oferecer resistência, algo eficaz, contra uma invasão de Nação ou de coalizão de Nações hegemônicas, como previsto em nossa estratégia da resistência (da qual, tanto se evita falar...), quando a supremacia aérea será, por óbvio, do(s) invasor(es), além de estarmos proibidos de usar minas terrestres, em face da subserviente adesão do Brasil à Convenção de Ottawa, de 1996.

É mais uma ilusão de que, assim, o problema da soberania nacional estaria solucionado. Pura ingenuidade, pura mentalidade Maginot, quando se sabe (vejam e ouçam o depoimento de Orlando Vilas Boas, amiúde transmitido pela TV Bandeirantes) que somente com a vivificação das fronteiras e de toda a Amazônia, com índios e não índios, e por meio de vilas, cidades etc. se assegurarão ao País aquelas imensas áreas, as quais não devemos permitir que sejam internacionalizadas, como desejam apátridas e entreguistas de todos os matizes.

Que as lições da História sirvam de luzeiro máximo às nossas elites pensantes, pois o Brasil não pode continuar iludido, subserviente e acovardado ■





PARADIGMAS

Manuel Cambeses Júnior
Cel Av

Vice-Diretor do Instituto
Histórico-Cultural da Aeronáutica
e Conferencista da
Escola Superior de Guerra
mcambeses@yahoo.com.br

O termo Guerra Fria foi batizado por um conhecido político e economista norte-americano de nome Bernard Baruch e popularizado pelo célebre jornalista Walter Lippman. Entre 1945 e 1989, a ordem mundial encontrou-se regida pelas normas definidas pela Guerra Fria. Nestas condições o planeta ficou dividido em dois grandes blocos enfrentados em uma intensa competição pela supremacia.

Quando acompanhávamos os acontecimentos em El Salvador ou na Nicarágua, nos anos oitenta do século passado, por exemplo, podíamos não estar entendendo, muitas vezes, as raízes desses conflitos, mas os situávamos dentro de um marco



de referência bastante conhecido. Sabíamos que se tratava de mais um capítulo da Guerra Fria. Neste sentido, a mesma constituía-se em modelo.

O termo “paradigma” encontra-se na moda em nossos dias. Na essência, este pode definir-se como uma visão simplificada do mundo e que busca proporcionar um sentido de direção. É exatamente por isso que ao enquadrar-se qualquer conflito regional, qualquer enfrentamento étnico ou cultural, dentro do contexto de uma competição entre as superpotências, a Guerra Fria passou a assumir o caráter de “modelo”. Com a queda do Muro de Berlim sua preeminência desapareceu. A partir desse momento, apareceram novos paradigmas disputando o lugar que durante quarenta e cinco anos correspondeu ao período da bipolaridade mundial.

O primeiro dos modelos surgidos à luz do esfacelamento da União Soviética e também o mais simplista deles foi o proclamado no livro de Francis Fukuyama: “O fim da História”. De acordo com o autor, o mundo estava chegando a um ponto definitivo em seu processo evolutivo, como resultado da homogeneização de valores e crenças. O duplo triunfo da democracia e da economia de mercado passaria a unificar as diversas regiões do planeta, brindando-lhes com um claro denominador comum. Ainda que esse modelo tenha sido questionado por seu excessivo otimismo, são muitos, ainda, os que crêem que, com a imposição dos valores da economia de mercado e da democracia, o mundo está se voltando para um lugar muito mais seguro e apto para a prosperidade ilimitada.

Outro dos paradigmas que surgiram com o ocaso da Guerra Fria diz respeito ao aspecto cultural. Seu máximo expoente é Samuel Huntington, para quem “a cultura e as identidades culturais estão dando forma aos padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo pós

Guerra Fria (...) e as políticas globalizadas estão sendo reconfiguradas ao redor de linhas culturais”. Com diversas variáveis e matizes, este paradigma cultural é também esposado por autores como Lawrence Harrison, Thomas Sowell, Roger Peyrefitte e Benjamin Barber. Muito curiosamente o próprio Fukuyama, após haver divulgado sua teoria, parecer acolhido com simpatia a este outro modelo. Já em seu livro “Confiança”, surgido em 1995, o autor reconsidera muitas de suas idéias e convicções sobre a homogeneização dos valores para concluir que o mundo continua sendo um lugar marcado pela diversidade de culturas e, portanto, de valores.

Entre os modelos emergentes encontramos o denominado “Dois Mundos”. Este pretende explicar a orientação dos novos tempos sob a ótica de “zonas de paz e prosperidade” e “zonas de conflito e regressão”. Baseado nele, cairiam todas aquelas teorias que visualizavam o mundo a partir de uma clara linha divisória entre países e regiões que marcham para cima e os que caminham para baixo. Entre aqueles que sustentam este pensamento, encontram-se autores como: Jacques Attali, Robert Gilpin e Jean Christophe Ruffin. O primeiro profetizou sobre um mundo formado por algumas poucas

ilhas de riqueza em meio a um mar de pobreza global. O segundo referiu-se ao surgimento de um “Novo Muro de Berlim” entre a prosperidade crescente do mundo industrializado e a miséria irreversível do terceiro mundo. O último assinala que, entre os hemisférios Norte e Sul, não existe articulação possível e que são duas esferas totalmente divorciadas que se movimentam em direção contrária.

Outro dos novos paradigmas é o do “caos”. Segundo essa visão, o mundo está adentrando em uma era de quebra da autoridade governamental, de crises e secessão dos Estados; de intensificação dos conflitos étnicos, tribais e religiosos; de consolidação das máfias criminais internacionais; de proliferação indiscriminada de armas de destruição em massa; de expansão do terrorismo e de generalização de migrações massivas. Entre os que sustentam esta tese encontram-se autores como: Patrick Moynahan, Zbigniew Brzezinski, Walter Saqueur e Michael T. Klare. A diferença fundamental entre os apologistas desta linha e dos que esposam as idéias contidas no modelo dos “Dois Mundos” é que para uns o caos é seletivo enquanto que, para outros, é global.

Os diversos paradigmas, que se manejam nos dias atuais, encontram-se em uma escala de graduação que abarca desde o acendrado otimismo do “Fim da História” até o acentuado pessimismo dos cultores do caos. A verdade, como sempre ocorre, deve encontrar-se em algum ponto intermediário entre os dois extremos e deve incluir boa parte das ideias sustentadas por cada um dos modelos apresentados ■



A CONTRA-REVOLUÇÃO

Olavo Nogueira Dell'Isola
Cel Av

olavondellisola@task.com.br

Passados 46 anos desde sua conflagração, o movimento de 31 de março de 1964, que depôs o Presidente João Goulart e, por extensão, os governos militares que se sucederam, as Forças Armadas e os militares em geral, continuam sendo alvo de injustas difamações. Por ignorância, má-fé ou leviandade, pessoas de boa formação, que gozam de credibilidade, fazem, às vezes, afirmações equivocadas que falseiam a história e abalam o conceito das Forças Armadas perante os jovens e a opinião pública. Há alguns anos, um professor de português, competente e de grande prestígio, em sua coluna semanal em jornal, ao explicar a diferença entre o moral e a moral, iniciou a sua aula afirmando: ...Durante a última ditadura militar, de 1964 a 1985, era proibido falar de muitas coisas. De liberdade, por exemplo. Quem falava de liberdade era chamado de subversivo, comunista, traidor da pátria, etc. Falar de reforma agrária, então, era um deus-nos-acuda. Podia ser o caminho para um voo de helicóptero, não para apreciar a paisagem, mas para um salto em alto mar... Como oficial aviador, que teve a honra e o privilégio de servir à Força Aérea por mais de 30 anos, afirmo, com absoluta convicção: Um Comandante da Força Aérea, ou da Marinha ou do Exército, jamais deu ou daria tão cruel, desumana e absurda ordem, para jogar um passageiro para fora do helicóptero. O mesmo jornal, em sua edição de 12 de março de 2002, publicou, sob o título de “Jango na Central, 38 anos depois”, abaixo de uma foto: ... Num mesmo 13 de março, há 38 anos, foi realizado o comício da Central, um dos pretextos para a derrubada, por um golpe militar, do presidente constitucional eleito pelo povo Ora, o então Tenente Coronel Jarbas Passarinho, várias vezes Ministro de Estado, e uma das maiores reservas morais do Brasil, de todos os tempos, felizmente ainda vivo, ao assumir o Governo do Pará,

em cerimônia solene, no plenário da Assembléia Legislativa, após o juramento constitucional, proferiu emocionado discurso, comentado posteriormente por ele mesmo, em seu histórico livro “Um Híbrido Fértil”, publicado em 1996, onde afirma: ...Pelo tom de meu discurso, eu traduzia o horror que o totalitarismo me inspirava, o Partido único, o Estado policial, a sociedade sob o medo da delação, a hediondez dos campos de concentração e a completa falência da pretendida face humana do marxismo. O meu discurso de posse revelava a preocupação com a expansão comunista mundial. Hoje minhas palavras podem soar como alarmismo, mas os fatos históricos têm de ser interpretados na moldura de seu tempo. Nos idos de 1963 e 1964, o comunismo já havia chegado a 90 milhas da costa americana da Flórida, desafiando a maior potência militar do mundo. Por isso, insisto em que em 1964 foi uma contra-revolução ...

Em 1964, como capitão aviador eu servia no 1º/2º Grupo de Transporte, da Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Por ocasião de um comício em que compareceria o Presidente João Goulart, vi, na Avenida Brasil, dezenas, talvez centenas, de veículos enfileirados, da Petrobrás, transportando trabalhadores da estatal para o comício. Na Base Aérea, presenciei atos de indisciplina de alguns sargentos que, já influenciados pela campanha, estimulada pelo próprio Presidente, de quebra da disciplina e inversão da hierarquia nos quartéis, tiravam a própria gravata, então de uso obrigatório, para desafiar os oficiais.

Como a Inconfidência Mineira, com Tiradentes, que ocorreu em Minas, a contra-revolução também começou em Minas, precisamente às 20h30min do dia 30 de março de 1964, em Belo Horizonte, quando o General Carlos Luis Guedes, Comandante da IV Infantaria Divisionária, reuniu seus comandados e comunicou sua decisão que contou com o apoio imediato do Governador Magalhães Pinto. Se o General Guedes não tomasse tal iniciativa, o movimento, certamente, não se iniciaria naquele dia e poderia, até, não vir a ocorrer. A Base Aérea

de Belo Horizonte, certamente, por estar sediada na Capital, foi a primeira unidade da Força Aérea a apoiar, formalmente, a contra-revolução. Em menos de 72 horas, terminou o movimento, vitorioso em todo o País, e o Presidente João Goulart foi deposto. Não se pode deixar de louvar a atitude do ex-Presidente, o qual, não reagindo, e exilando-se no Uruguai, evitou o derramamento de sangue. De fato, decorrente diretamente da contra-revolução, não adveio nenhuma morte, embora o autor do artigo intitulado “The Country that saved itself”, do editor sênior do The Reader Digest, da revista “Seleções”, Clarence W Hall, tenha admitido ter havido 12 mortes. Não houve nenhum indício ou prova de que tenha ocorrido oferta ou ajuda da CIA ou do governo norte-americano para a contra-revolução, contudo, segundo o artigo acima citado, navios provenientes da Tchecoslováquia, carregados de armas destinadas aos comunistas do Brasil, foram vistos retornando para Havana, assim como densas nuvens de fumaça, causadas pela queima, às pressas, de grande quantidade de papeis e documentos, na Embaixada Soviética.

Com a contra-revolução ainda em curso ou após o seu término, em todo o País, a população comemorou e os principais jornais publicaram: Correio da Manhã (31.03.64): “O Brasil já sofreu demais com o governo atual. Agora, basta!”; O Globo (02.04.64): “Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada”; O Globo (05.04.64): “A revolução democrática antecedeu em um mês a revolução comunista”; O Estado de São Paulo (01.04.64): “Minas desta vez está conosco”; Jornal do Brasil (01.04.64): “A legalidade está conosco e não com o caudilho, aliado dos comunistas”; Estado de Minas (04.04.64): “Todo o poder ao glorioso Exército do Brasil”.

Ao contrário do que ocorre em alguns países, onde opositores derrubam o governo em proveito próprio, o General Castello Branco assume a presidência e, de imediato, limita a duração de seu próprio mandato com o objetivo de que, no prazo

DE 1964

mais curto possível, fosse restabelecida a normalidade e as eleições. Inicia-se, então, a campanha JK-65 e o ex-Presidente Juscelino, certamente, ganharia as próximas eleições. Começam, no entanto, ocorrer as primeiras reações ao governo militar por uma diminuta, porém ativa, parcela da população, o que obriga o Presidente, receoso de que as mudanças introduzidas após a contra-revolução fossem inteiramente desfeitas, a adiar o retomo à plena normalidade. Sucedem-se os governos militares, o País passa por uma fase de vertiginoso progresso. Vivia-se sob uma Constituição democrática, a de 1967, os Partidos políticos, o Congresso e a imprensa funcionavam normalmente. Mas as reações da minoria ativa continuavam. E ocorre, então, o episódio da provocação, ao que parece, de propósito e premeditada, do então Deputado Márcio Moreira Alves que, na Câmara, profere insultos às Forças Armadas, particularmente ao Exército, descrito como “valhacouto de gangsteres”,

o AI-5 e as cassações. As reações da minoria ativa, armada, prosseguem cada vez mais violentas. Praticam sabotagem, assassinatos, sequestros, roubos e as Forças Armadas se vêem obrigadas a reprimi-las. Ocorrem prisões, fugas, exílios e perdas de vidas em ambos os lados. Alguns militares são acusados de praticar torturas. A tortura é inaceitável em qualquer situação, mas é importante também apurar-se a causa da tortura pois, às vezes, ela é tão grave que leva o agente repressor a perder o auto-controle e a praticá-la.

Após a lei da anistia, promovida no governo do último General-Presidente, cessam os processos, os exilados retornam e o País volta à normalidade. Elabora-se a nova Constituição, a Constituição-cidadã, e aí surgem as primeiras retaliações contra os militares. A pretexto de remover-se do texto constitucional o “entulho autoritário”, suprimem-se artigos de grande utilidade, entre os quais o da censura, que passa a ser considerada uma palavra proibida. Em

consequência, abrem-se as portas para as novelas e os programas de televisão perniciosos, sem limites. Ex-comunistas, ex-esquerdistas, ex-socialistas e, até, ex-ativistas da reação armada, ocupam, sem quaisquer restrições, elevados cargos públicos e as retaliações contra as Forças Armadas não cessam. Praças e ruas e outros logradouros públicos com nomes de valorosos militares passam a ter nomes de militantes esquerdistas e de guerrilheiros. Generais bem preparados e qualificados não concorrem à nomeação para o cargo de Ministro da Defesa, e até Caxias, o mais valoroso militar brasileiro, que em 06 de dezembro de 1868, na Ponte de Iitoró, proferiu a célebre frase “Sigam-me os que forem brasileiros!” e conduziu as tropas brasileiras até Assunção, é atingido pela retaliação. No livro “Nova história crítica” (8ª Série), aprovado pela então Secretaria de Educação de Minas Gerais, no capítulo “Guerra do Paraguai”, Caxias não é nem citado ■



Guy Van Bossche
Sem título
2001

Coerências e incoerências

Raul Galbarro Vianna

Cel Av

Ahmadinejad se elege presidente do Irã sob protestos em razão de fraude nas eleições. Mortos e feridos são levados ao conhecimento mundial, malgrado o cerceamento de informações fruto de rigorosa censura à imprensa internacional. Prevaleceu a “razão” e ficou como ficou.

Recentemente novos protestos, novos mortos, novos feridos. Novamente prevaleceu a “razão” e tudo ficou como estava.

Pura coerência?

O Irã prossegue em seu projeto nuclear “pacífico”. Nosso presidente busca estreitar relações com essa nação convidando seu presidente a visitar a nossa - o que veio a ocorrer logo após vexaminosa cena de descortesia e falta de educação protagonizada ante a primeira ministra alemã Angela Merkel, em encontro internacional. Vale lembrar que o regime vigente no Irã é fruto de uma revolução liderada pelo aiatolá Khomeini, que derrubou o xá Reza Pahlevi, ou seja, tudo feito de forma nada democrática.

Outra coerência?

Mais lá para atrás no tempo, a ilha de Cuba encontrou o regime ideal para o povo através de uma revolução que derrubou o governo de Fulgêncio Batista e implantou o “socialismo”, também de forma nada democrática. Nossos mandatários dão notória e explícita demonstração de apoio ao regime e apreço aos líderes, deificando Fidel e Guevara.

Mais coerência?

Ocorre que nesse contexto, ao longo do tempo, assistimos fatos que nos levam a meditar e questionar sobre essas (in) coerências.

Internamente, os episódios envolvendo Fernando Sarney; os políticos atolados na podridão do mensalão; a suspensão do

processo de Daniel Dantas, apesar das acusações que lhe pesam sobre os ombros de desvio de centenas de milhões de reais; a proteção cínica do Estado (sob a tutela do ministro Tarso Genro) ao terrorista Cesare Battisti; e, mais recentemente, a libertação do médico Roger Abdelmassih, a quem é atribuída a façanha de 56 assédios e/ou estupros. O que nos chama a atenção, e não deve ser esquecido, é que as instâncias judiciais – Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal – são constituídas por ministros em sua maioria indicados pelo presidente da República.

A propósito, se puxarmos pela memória, lembraremos que o precedente que abriu a porta para este turbilhão de “bondades” nos foi proporcionado pelo presidente anterior ao agraciar com a extradição o casal de seqüestradores canadenses (vinculados ao MIR chileno) que haviam vitimado, em dezembro de 1989, o empresário Abílio Diniz, exigindo o resgate de 30 milhões de dólares.

Ao apagar das luzes de 2009 o presidente do Senado avaliou como “brilhante” o desempenho da casa ao longo do ano. Talvez por ter colaborado com os corruptos da própria casa, talvez por ter sido salvo pela conivência dos colegas após inúmeros atos secretos para parentes e amigos, ou talvez ainda, por ter sepultado em cova rasa a CPI da Petrobras - o que certamente deixaria o PT em situação desconfortável e altamente comprometedor.

Por outro lado, ainda no ocaso de 2009, surge a proposta de Plano de Direitos Humanos, cujo conteúdo contempla duas diretrizes de intenções duvidosas, ou melhor, nada duvidosas, quais sejam a Comissão Nacional da Verdade e a possibilidade clara de revisão da Lei de Anistia, cujo texto visa atingir os “agentes do Estado” (entenda-se os militares), pois não prevê qualquer punição ou apuração dos atos

cometidos por guerrilheiros ou ativistas políticos contra os agentes do Estado.

Custa-me crer na ingenuidade intencional de colunista renomado, de jornal conceituado, que destaca o aborrecimento dos comandantes militares “sempre que se ilumina o porão das torturas e assassinatos”. Não é verdade, senhor jornalista. Assassinatos, seqüestros e terrorismo cruel houve aos montes na outra banda também. O que preocupa os comandantes militares é o jogo de cartas marcadas e a mal disfarçada intenção de caça às bruxas. Fosse a proposta honesta e isenta, certamente deixaria explícita e transparente a bilateralidade nas apurações. Isso, contudo, traria à tona todas as ações do outro lado, inclusive da camarada Estela. Não há honestidade de propósito no Plano por falta de coerência. E é fácil de se depreender, posto que o(s) proponente(s) não seria(m) ingênuo(s) ou imprudente(s) a tal ponto. Alguém acredita nisso? É por esta razão, senhora Cecília Coimbra, que os militares pediram demissão, e não por temerem a abertura dos arquivos e a apuração dos fatos.

O curioso em tudo isso é que justamente esta Lei da Anistia foi que abriu as portas para que o PT galgasse seus degraus mais altos.

Todos esses acontecimentos nos levam a perguntar: há coerência nas ações e posições assumidas pelos três poderes do governo, uma vez que a bandeira e o discurso sempre foram a ética e a moralidade?

Por que pagamos as despesas de hospedagem e alimentação de Zelaia e seu staff de aproximadamente setenta pessoas que tentaram rasgar a Constituição e que, “aleatoriamente” bateram à nossa porta? Já houve eleição, o presidente foi eleito e nosso governo não o reconhece por ter sido a eleição decorrente de um golpe (ou seria um contragolpe?)

Por que temos que assistir perplexos a

demonstrações do “estado-da-arte” da ciência Hipocrisia Demagógico-Diplomática, proporcionadas por eminentes mestres através do Telecurso de Doutorado sobre a matéria?

Por favor, ajudem-me!

Perguntem aos Romanov (se é que sobrou algum): Lenin foi eleito? Stalin foi eleito?

E em Cuba, não foi golpe?

No Irã, não foi golpe?

Mao Tsé-Tung foi eleito no 1º ou no 2º turno?

Quanta incoerência!

Apesar de tudo, e com a graça de Deus, o governo democrático que ora desfrutamos é resultado de uma anistia ampla, geral e irrestrita – embora insistentemente conduzida de forma unilateral – cujo epílogo foi a eleição direta que proporcionou ao PT **democraticamente** chegar ao Poder.

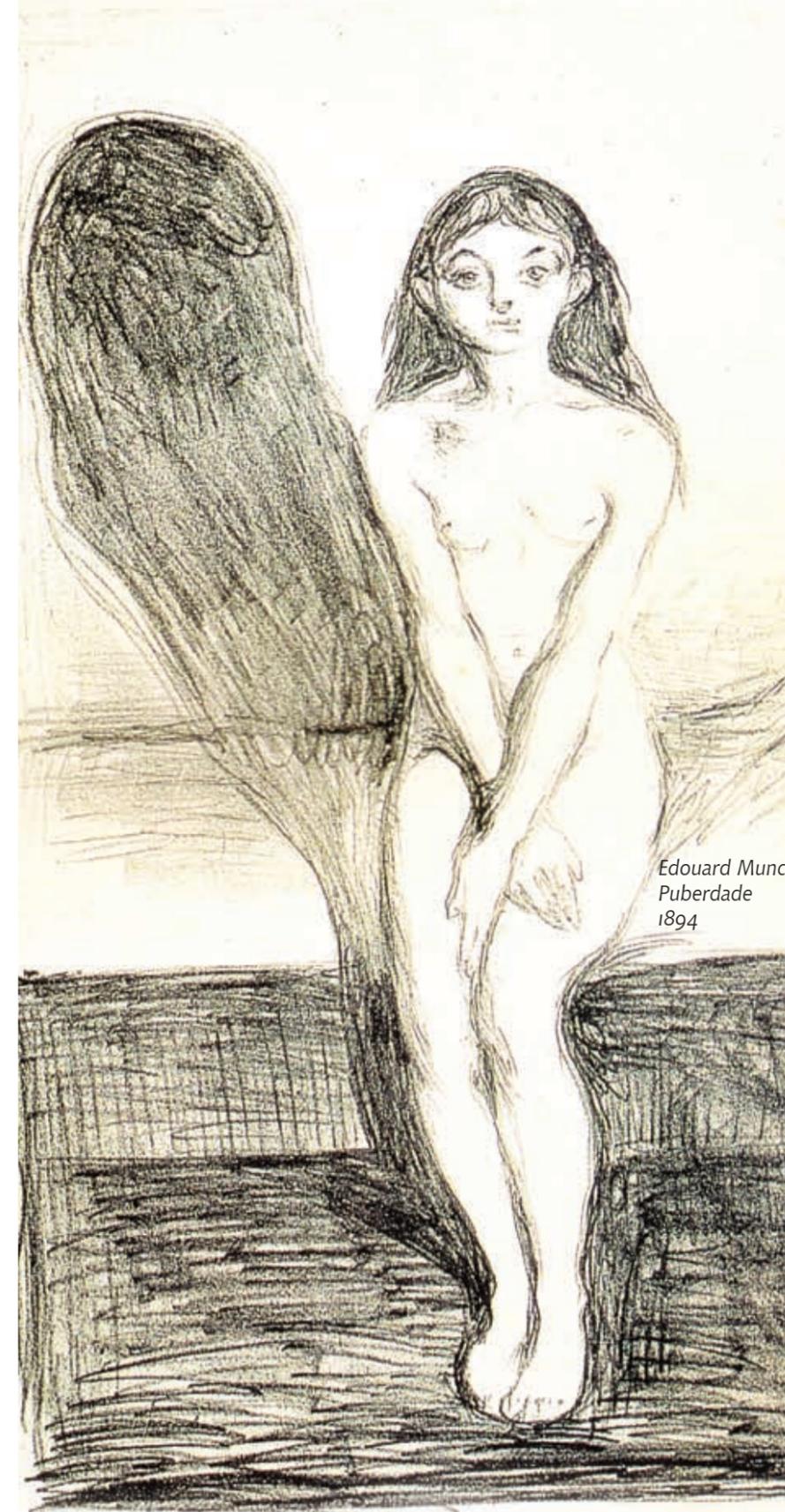
Enfim, e ao fim, a grande e única coerência! ■

P.S.: Já havia terminado o artigo acima – no qual, intencionalmente, me recusara a fazer qualquer referência ou citação ao caudilho venezuelano em razão de seu perfil bizarro-surrealista – quando o jornal O Globo, em sua edição de 29 de janeiro do ano corrente, publicou, sob o título de “Coerência”, a nota que a seguir transcrevo ipsis litteris por considerar plenamente oportuna.

Coerência

“É profundo o silêncio da diplomacia brasileira diante do avanço do autoritarismo na Venezuela. Para o caso, vale a justificativa-padrão da não interferência em “assuntos internos” de outros países.

Norma, entretanto, descumprida quando se trata de defender o caudilho Hugo Chávez e outros bolivarianos da região.”



Edouard Munch
Puberdade
1894



Bill Dobbins
Modern Amazons
Chepíga

A CRISE

Luiz Mauro Ferreira Gomes

Cel Av

lmauro@uol.com.br

Normalmente, quando nos sentamos para escrever um artigo, ele já está quase mentalmente pronto, restando apenas o trabalho de digitá-lo, penoso, aliás. Por mais que se leiam e releiam os textos, sempre sobram aqueles erros de digitação tão desconcertantes quanto difíceis de encontrar. Desta vez, porém, ao tentarmos expressar-nos sobre a crise desencadeada pelo decreto que instituiu o III Plano Nacional de Direitos Humanos, encontramos uma dificuldade incomum, nem tanto pela grande extensão do documento ou pela enorme quantidade de absurdos, de ilegalidades, de inconstitucionalidades, de mentiras e de bobagens que ele contém, senão por serem contraditórias as notícias divulgadas sobre o assunto, o que nos levou a esperar por mais fatos, em vez de versões. Como o tempo se encarregou de tornar irrelevantes todas as interpretações e todos os boatos que poderiam alterar o quadro, vamos produzir este texto somente com o que já temos, que é mais do que suficiente.

A CRISE

Antes de mostrarmos o que essa crise verdadeiramente é, começaremos por dizer o que ela não foi. Quase todos os que se manifestaram antes de nós tem-na chamado de crise militar. Os aspectos que afetam os militares – como a deturpação da Lei da Anistia para garantir impunidade a assaltantes, sequestradores e assassinos, e condenar os agentes do Estado que os combateram no estrito cumprimento do dever; a interferência no ensino das Escolas Militares, para contaminá-las com ideologia de esquerda; a substituição dos nomes de logradouros

públicos que reverenciam os heróis que lutaram contra a guerrilha comunista e a venceram, enquanto preservam os que homenageiam terroristas, como Luís Carlos Prestes, Carlos Lamarca, entre tantos outros – são gravíssimos, mas se diluem no contexto muito maior da preparação do golpe de Estado que consolidará a ditadura já instalada no Brasil.

Ditadura, sim, ainda que os seus mentores procurem vestir-lhe a máscara de normalidade democrática. Como se poderia falar em democracia, em um país onde o governo não respeita as Leis nem a Constituição, atropelando-as, sempre que lhe convém, diante da omissão conivente, ou mesmo do apoio direto daqueles que têm o dever institucional de impedi-lo? Omissão e apoio criminosos, conseguidos mediante as práticas também criminosas da coação, da chantagem, da corrupção e do suborno.

Os militares entraram nesse decreto para satisfazer a necessidade sádica de vingança dos guerrilheiros de ontem, hoje no governo, que não perdoaram a derrota do passado, mas essa não foi ainda a principal motivação. O que, verdadeiramente, querem é desmoralizar as Forças Armadas, colocando-as na defensiva, para impedir qualquer possibilidade de reação contra mais essa tentativa de implantar o comunismo no Brasil.

Além de neutralizá-las, a inevitável resposta enérgica das Forças Armadas será usada como camuflagem das intenções ditatoriais dos governantes terroristas, que procurarão ocultar o golpe de Estado que planejam empreender, atribuindo-o aos militares e a todos os patriotas que os apóiem, a quem acusarão de golpista e de saudosistas da Revolução de 1964, a que têm o desplane de chamar de ditadura militar.

Esses pseudo-salvadores da pátria e falsos defensores dos pobres e das minorias sempre atribuem aos outros a culpa pelo mal que fizeram ou pretendem fazer.

Não é nossa intenção repetir aqui todas as inconstitucionalidades e violências contra a democracia brasileira e os direitos

fundamentais dos nossos cidadãos contidas no decreto, que já foram muito bem expostas nos excelentes artigos daqueles que nos antecederam.

Apenas, para que os nossos leitores recordem a gravidade desse documento que pretende manter, jungidas ao governo, instituições de Estado e entidades privadas – como a Justiça; as Forças Armadas; os meios de comunicação; as religiões; o ensino; as empresas – selecionamos duas cartas publicadas no jornal O Globo de 12 de janeiro:

O Programa Nacional de Direitos Humanos me parece um pesadelo bem real. Se ele já estivesse em vigor, ao manifestar aqui meu desagrado sobre alguns itens, poderia ser perseguida, tendo em vista que minha mensagem seria censurada. Se eu sair com minha cruz no pescoço, que uso desde criança, vou ostentar símbolos religiosos. Ao condenar a prostituição, estarei sendo preconceituosa com uma profissão legalizada. Se possuir algumas terras e, por alguma dificuldade financeira, não puder plantar nada, minha propriedade será invadida e não vou ter direito à reintegração de posse. Concluo que o melhor mesmo é ser ignorante, não manifestar nada, não ter religião, ser prostituta e pertencer a grupos que invadem terras alheias. Só assim vou ter meus direitos garantidos.

CÉLIA PAULA BORGES, Rio.

O Programa dos Direitos Humanos é mais uma tentativa de consolidar aqui uma ditadura civil nos moldes da Venezuela bolivariana. Com a clara intenção de rever a Lei da Anistia, acabar com o agronegócio, amordaçar a imprensa, extinguir o direito de propriedade, dentre outras barbaridades inconstitucionais, Paulo Vannuchi preparou com os demais ex-parceiros da subversão armada uma aloprada miniconstituição que se propõe a substituir nossa Carta Magna. Tanto a tortura quanto o terrorismo são crimes inafiançáveis e imprescritíveis, conseqüentemente não serão penalizados apenas os torturadores, como imaginam

os comitês populares que pretendem substituir a Justiça.

SERGIO VILLAÇA, Recife, PE.

Vox populi, vox Dei!

Por tudo isso, confirmamos que as nossas dificuldades não são militares. Estamos diante de uma crise política e institucional sem precedentes, que envolve todos os poderes, setores e atividades da Nação, que ficarão, se depender do governo federal, a ele submetidos, sob o pretexto de defesa dos direitos humanos, direitos esses que são as maiores vítimas desse maldito decreto inconstitucional.

AS VERSÕES

Os militares foram os primeiros a reagir contra mais essa investida. Inicialmente, noticiou-se que, os Comandantes Militares e o Ministro da Defesa haviam pedido exoneração de seus cargos, em consequência do que, o presidente teria prometido rever o decreto (que assinara sem ler!). Segundo Jobim, o presidente garantira que não haveria revanchismo.

Em seguida, novas versões afirmavam ora que seria suprimido do texto a referência ao exame das violações dos direitos humanos, ora que também seria incluída a investigação das violações praticadas pelos guerrilheiros.

Mais tarde, dizia-se que Jobim estava “negociando”, uma solução que “atendesse as duas partes”, que “fosse boa para as esquerdas e para os militares”, como se isso fosse possível.

Com o passar do tempo, outros segmentos da sociedade foram tomando conhecimento dos graves riscos que o decreto impunha à nossa cambaleante democracia, e começou a aparecer uma avalanche de contestações.

Algumas agências de notícias passaram a divulgar que, diante desse fato novo, o presidente teria decidido suprimir várias partes do decreto, entre as quais, aquelas que tratavam da eliminação das restrições ao aborto, do casamento entre homossexuais com a possibilidade de

adoção de crianças e da restrição ao uso de símbolos religiosos em lugares públicos. Outras chegaram a noticiar a revogação total do decreto.

As esquerdas se assanharam e grupos radicais manifestaram apoio ao plano.

Ao mesmo tempo em que tudo isso acontecia, quem deveria resolver o problema simplesmente se escondia da crise.

De volta ao palácio, nada fez do que supostamente prometera. Como era de se esperar, a única alteração que introduziu no decreto foi aquela tal solução “que seria boa para as esquerdas e para os militares”: a supressão inócua da expressão, “no contexto da repressão política”, da parte que trata do exame das violações dos direitos humanos. Supressão inócua, sim, porquanto, embora possa parecer aos ingênuos que se ampliou o espectro das investigações com a inclusão dos terroristas de esquerda, isso jamais ocorreria, pois quem vai administrar a execução do decreto são eles mesmos, para os quais nem as proibições explícitas das Leis e da Constituição constituem óbices para as arbitrariedades que praticam, quanto mais um decreto de sua própria lavra.

Além disso, desde quando comunistas cumprem acordos? Acordos, contratos, ética, valores, princípios, leis, constituições somente obrigam as pessoas honestas e normais. Os bandidos e os psicopatas são imunes a tudo isso.

OS ERROS.

Infelizmente, muitas das vozes de protesto que se têm insurgido apenas se preocupam com os ataques que ameaçam os seus próprios setores, fingindo ignorar o perigo iminente que paira sobre todos.

Aceitar essa alteração insignificante é mais um erro gravíssimo que cometemos, principalmente, porque nos isolamos, deixando a impressão de que, resolvido o nosso problema (que, como sabemos, não o foi), as ameaças à sociedade como um todo nada significariam para nós.

Devemos ter em mente, ainda, que foi

justamente o somatório desses erros que nos levou a esta situação insustentável, da qual jamais sairemos enquanto persistirmos nessa mesmice de leniência e falta de firmeza. Ninguém respeita o fraco, e o forte que descrê do seu poder ou se deixa intimidar somente colherá desprezo.

Mais uma vez, fomos vítimas da mesma técnica. Sempre que os abusos socialistas ultrapassam de muito os limites do suportável e provocam alguma resposta, eles fingem que vão ceder ou simplesmente ignoram a reação, à espera de que o tempo desgaste os seus opositores.

Nós, por outro lado, em vez de potencializarmos as pequenas crises que raramente criamos, gerando fatos políticos novos a cada dia, aguardamos, passivamente, o fortalecimento do inimigo, enquanto nós mesmos nos desmilinguimos cada vez mais, para, por fim, aceitarmos, como se fora uma grande vitória, a primeira concessão cosmética que nos façam. E tudo continuará como antes, ou seja, muito pior do que estava.

O QUE VIRÁ

O problema está resolvido, disse o ministro, como dissera quando capitulara diante da reação às suas bravatas iniciais.

A questão está longe de ser resolvida, e nos imporão esse decreto goela abaixo a não ser que o impeçamos, opondo-lhes força muito maior do que a deles.

O presidente teria dito não entender a celeuma que se criou em torno do seu decreto, uma vez que quase todos os pontos polêmicos dependem de aprovação do congresso, o que dificilmente aconteceria. Ora, todos sabemos que o governo faz aprovar tudo o que quer, já que tem um poder coator e corruptor sem limites. E se não pretende aprovar essas medidas, por que não revoga, pura e simplesmente, essa porcaria?

Enganam-se, redondamente, os pobres e as minorias que neles acreditam.

Quando esses socialistas bolivarianos do século XXI tiverem o poder absoluto, a

primeira coisa que farão é cercear toda e qualquer liberdade que ainda exista.

Os pobres passarão a miseráveis escravos, cujo único direito será trabalhar de sol a sol, para sustentar a nomenclatura petista balofa, ociosa e esbanjadora.

As minorias perderão todos os “direitos” concedidos pelas esquerdas, assim como todos aqueles conquistados anteriormente. É impossível ser livre pela metade. Como se poderia imaginar uma pessoa sexualmente livre, sem ter quaisquer direitos políticos, econômicos, sociais ou religiosos? A liberdade sexual pressupõe, ainda, a liberdade de ir e vir, mas tal direito se resumirá a ir, no início da manhã, do barraco coletivo miserável (se o tiver), para o trabalho, e vir, deste, de volta ao barraco, no fim do dia.

Os empresários terão as suas empresas expropriadas e, com sorte, poderão receber um salário único – que será muito pior do que o mínimo de hoje – por um emprego aviltante qualquer.

Os militares mais antigos e os que não se sujeitarem a funcionar como milicianos sob a chefia do comissário militar do partido serão presos, sob a acusação de tentativa de golpe, de inimigos do Estado ou do povo, enfim, de qualquer coisa assim, e terminarão por ser eliminados. Se “os tempos mudaram” e não tiverem a força suficiente para matá-los por outros meios, deixarão que morram de fome, depois de viverem dias de humilhação, tortura e terror.

Os políticos adesistas, como todos os outros já citados, perderão as suas mordomias, já que estas estarão todas reservadas para os integrantes do partido único. Como os empresários, terão sorte se conseguirem um dos tais empregos aviltantes remunerados com o já referido salário único.

Nós estamos exagerando? Não, estamos, simplesmente, expondo o que aconteceu em todos os países onde comunismo foi imposto.

“Isso jamais aconteceria aqui!” É o que diziam, enquanto nada faziam, quase

todos os cidadãos das nações que sucumbiram a essa praga, quando estava sendo implantada.

O QUE FAZER

O lançamento desastrado e insistente desse plano só pode indicar que os nossos governantes estão desesperados diante da perspectiva de que mudanças políticas lhes comprometa a finalização do projeto de suas vidas, mas têm a certeza absoluta de que o povo brasileiro está de tal forma alienado, que o processo de implantação da ditadura comunista pode ser acelerado por meio de fatos consumados, sem que haja qualquer reação significativa.

É inacreditável que a maioria dos brasileiros não tenha percebido ainda o desastre que está para abater-se sobre nós, ainda que aquilo que os algozes pretendiam e estão realizando tenha sempre sido anunciado em documentos diversos e páginas da Internet do próprio governo e de partidos e outras instituições que o apóiam e são por ele financiados – obviamente, com dinheiro público.

Desta vez a divulgação foi muito mais explícita e a repercussão tão grande que

provocou um clamor generalizado contra o referido plano, que põe em risco a liberdade de todos e ameaça definitivamente o pouco que ainda existe de democracia no Brasil.

Se eles partiram para o tudo ou nada, que fiquem com o nada!

Seria outro grande erro desperdiçarmos mais esta oportunidade.

Há poucos dias, lemos um excelente artigo sobre o tema, intitulado “Lula e as Cobras Criadas”, no qual o autor, o Dr. Emílio Nina Ribeiro, indaga ao final:

“Até quando, abusarão da paciência deste povo sofrido?”

Responderemos sem hesitar: até quando, e tão somente até quando, nós o permitirmos.

Espontaneamente, eles jamais desistirão desse projeto perverso no qual vêm trabalhando intensamente, no Brasil, pelo menos, desde 1935.

Faz-se, portanto, imperioso abandonarmos os papéis passivos de vítimas e de espectadores, para recobramos a condição de agentes determinantes no curso da História.

Devemos isso ao nosso povo ■



Bill Dobbins
Modern Amazons
Nelsen e Lee

ILACÕES E FUTURÍVEIS...

Para a Força Aérea Brasileira dos anos que virão

Maj Brig Ar

Lauro Ney Menezes

consult-aero@veloxmail.com.br

Temos a honra de pertencer a uma das diversas gerações que conviveu com vários dos nossos pioneiros e fundadores. Somos daqueles que ainda viram, na parada diária do Campo dos Afonsos, as formaturas compostas de uniformes verde-oliva e branco. Que, apesar do lado chistoso da questão, assistiu à cerimônia do hasteamento do Pavilhão Nacional após o comando de “em continência, ical!”. Ou participou da famosa parada de passagem de serviço diário em que a voz de comando “tá quem manda” foi respondida com “obedece quem tem juízo!”...

A anamnese da Aviação Militar Brasileira relativa aos idos das décadas de quarenta permitiu comprovar que a gênese do surgimento do Ministério da Aeronáutica, elucubrada pelos Aviadores Militares e Navais da época, foi baseada em teses e antíteses. Todas elas administradas com maestria e com uma objetivação sem discussões: unificação das Aviações do Exército e Marinha para criar as Forças Aéreas Nacionais. Obtida com sucesso em 1941, a criação do Ministério da Aeronáutica tudo amealhou que voava mas não conseguiu, porém, criar a Força Aérea Nacional e, muito menos, a Força Aérea Brasileira (FAB). Por aí se percebe que o objetivo de unificar se sobrepôs a qualquer outro e que, para tanto, cabia tudo aceitar e, até postergar, como era o caso da Força Aérea Brasileira que, até hoje, só existe no costado de nossos aviões. Por aqui passa, principalmente, e em nossa análise, a absorção de encargos do tipo da “prestação de serviços” (incor-

porada aos encargos do nível Ministério) ou “encargos inferidos” como a gestão aeroportuária (INFRAERO), a mala postal (CAN), as Telecomunicações Aeronáuticas e a Proteção ao Voo (TASA e DIRETORIA de ROTAS), a indústria aeronáutica (EMBRAER), a Aviação Civil (DAC), o ITA/CTA, as Fazendas Aeronáuticas, a CELMA, os Reembolsáveis, etc., que embora levemente combatentes, (nosso enquadramento conveniente), eram politicamente corretos face à grande meta: unificar as Aviações! E gerar uma Aviação Militar una e indivisível, tese proposta por nós e aceita pela Sociedade e pela Alta Administração Federal, por não haver melhor solução, certamente. As Forças Aéreas Nacionais (ou a Força Aérea Brasileira) viriam a posteriori. Diziam...

Para um observador, somente disposto a ser soldado do ar, causou espécie (e respeito) a atitude e a capacidade desses homens iluminados, que foram capazes de congregiar misticas, honorificar mitos, criar linguagem próprio, plasmar uniformes, apascentar opiniões divergentes, minimizar dúvidas, aplacar iras e, além disso, manter o gosto pelo voo e pela profissão. Eliminar rotas de colisão, amalgamar posições díspares, condescender, acomodar conceitos diferenciados e, ainda, fixar metas e prioridades e, finalmente, compor uma estrutura completa e harmonizada irmanando homens do mar e de terra em torno de UNICIDADE, INDEPENDÊNCIA, MISSÃO UNA e FORÇA de COMBATE. Foram à guerra e trouxeram lauréis, apostolaram, revelaram lideranças e pensadores. E nos

ensinaram, além de tudo. E convenceram todos da validade da propositura da UNIFICAÇÃO dos meios aéreos militares em uma só ESTRUTURA.

Hoje, amadurecidos pelo viver, prestamos nossas homenagens a esses pioneiros e artesãos incompreendidos (à época), porém, hoje, aceitos e vistos como destemidos e intemoratos e, mais do que nunca, apaixonados pela máquina de guerra e pela arte de voar e combater: seus caminhos, podem não ter sido totalmente compreendidos (inclusive por nós). Porém, o senso de missão nunca lhes escapou!

Por essas razões é que à nossa, (e às gerações que nos seguiram), veio a caber a administração desse legado histórico e dessas conquistas e, principalmente, desses encargos inferidos, plenamente justificados e imprescindíveis – naqueles momentos – para a conquista da indispensável meta de unificação fixada pelos pioneiros: criar massa crítica, ocupar espaço e discutir diatribes a posteriori! Inclusive os ônus orçamentários já que, para tanto, o tamanho da Força(?) agigantou-se frente ao mínimo necessário para cumprir a MISSÃO primeira: Buscar e manter o PODER UNO E INDIVISÍVEL!

Atingida a meta e criado o MAER em 1941, a Organização passou a enfrentar um dilema que a atormenta e assusta até

hoje: qual o tamanho da estrutura (e o custo) para cumprir a MISSÃO primeira e qual a necessária para atender às MISSÕES inferidas (e seu custo). E, neste momento, surge a questão: as missões inferidas serão permanentes e/ou descartáveis?

Face à descartabilidade das MISSÕES

inferidas, já nos despojaram da EMBRAER, da INFRAERO (TASA), do DAC, dos Reembolsáveis e do (antigo e institucionalizado) CORREIO AÉREO NACIONAL. Porém, ainda, permanece uma velha questão: será que (p.ex.) o atendimento do Controle do Espaço Aéreo (pelo elevado interesse

sócio-econômico e peso político que o sustenta) será também – a despeito de nossas válidas razões – permanente e/ou descartável. E quanto?

FORÇA AÉREA BRASILEIRA (ou Comando da Aeronáutica?): ALERTA! ■





DA ARTE



DE NEGOCIAR

Ten Brig Ar
Pedro Ivo Seixas
piseixas@terra.com.br

Que chega quase a ofender um comerciante árabe é você aceitar o primeiro preço (sempre elevado) pedido por ele. Sente-se espoliado. Se tivesse pedido mais, você poderia ter pagado.

Também ele se sentirá frustrado se o potencial cliente sair da loja sem comprar nada: não terá sabido vender, falha profissional imperdoável.

Um dia destes, na fila do idoso do Banco do Brasil, encontrei-me com um velho amigo de juventude. Reminiscência vai, reminiscência vem, lembrei-me de um episódio que protagonizei no Cairo, em 1957.

Nós estávamos lá com um B-17 do Recife, em missão de apoio ao Batalhão Suez, este a serviço da ONU. Por sinal, a primeira viagem do CAN Suez.

Era uma tarde agradável de primavera quando tomei o táxi que me levaria a um comerciante atacadista (mas que vendia também a varejo), distante mais de meia hora do centro, onde estávamos hospedados. Minha intenção: comprar tapetes. E estava confiante, certo de que iria fazer bom negócio. Não seria essa a minha primeira experiência nesse tipo de empreitada. Afinal, anos antes eu havia participado de uma viagem de instrução de guardas-marinha, a bordo do nosso valente Navio Escola Almirante Saldanha. Entre os portos visitados estavam, por exemplo, Casablanca (apenas a um pulo de Rabat) e Aden, então porto livre sob administração britânica.

Para negociar com árabes, comerciantes milenares, que levam a sério seu ofício, você precisa ter certas peculiaridades em mente. São muitas, mas eu destaco duas. Uma

coisa que chega quase a ofender um deles é você aceitar o primeiro preço (sempre elevado) pedido. Sente-se espoliado, se tivesse cobrado mais, você poderia ter pagado. Também se sentirá frustrado se o potencial cliente sair da loja sem comprar nada: não terá sabido vender, falha profissional imperdoável.

Mas tem outras. Ainda na tarde anterior, estávamos nós, uns quatro ou cinco da tripulação, fazendo tempo em um bazar perto do nosso hotel. Olha daqui, pergunta dali, sempre contando com a presença solícita do comerciante, quando de dentro da residência uma voz feminina se fez ouvir, em árabe, ao que no mesmo idioma foi respondido pelo nosso amigo. E ele, virando-se para nós, em inglês: “É hora do meu chá, eu mandei que fosse servido aqui na loja, que os senhores me acompanhariam. Aceitam, não é mesmo?” Acomodados em almofadas,

chá disposto sobre pequeno estrado, um do grupo pretendeu retornar ao assunto artigo-preço.

- Por favor, disse o comerciante, agora não, nada de negócios. Tome-mos o nosso chá e conversemos. Os senhores compreendem, minha vida é esta loja, este é o meu mundo. Já os senhores viajam, vêm de tão longe, falem-me um pouco de seu país...

E eram estes e outros pensamentos que me acudiam enquanto o táxi deslizava suavemente pelas ruas do Cairo.

O dos tapetes era um comerciante árabe típico. A negociação deu-se como eu imaginara. Mais de uma vez, por turnos, nos fingimos de ofendido, de quem não estava ali para ser explorado. Incluiu também um insistente apelo dele para que eu (que já estava dentro do táxi) voltasse à loja e retomasse a tratativa. Tudo dentro do script.

Afinal, acertado o preço, comprei os tapetes. Pois naquela mesma noite, perambulando, olhando vitrines, vi expostos tapetes idênticos aos meus... só que mais baratos.

Viagem de regresso, pernoite em Lisboa, convite para os oficiais jantar com o Adido Militar, CMG André Nazareth, por coincidência meu conhecido, um dos oficiais do Saldanha.

Ao cabo de uma refinada refeição – com supervisão da anfitriã, prato a prato – hora do café e complementos, e de conversa descontraída, contei a minha aventura, concluindo com “só não sei onde errei”.

- Como vocês fizeram o preço? perguntou o Adido.

- Ora, como nós sempre fazíamos. Ele pediu tanto, eu disse que era um roubo e ofereci a metade. Aí...

- Aí é que você errou, interrompeu ele. No momento em que você fez uma oferta, deu ao vendedor uma série

de informações, desde um piso que você estaria disposto a pagar, até o seu grau de (des)conhecimento da mercadoria.

E passou a contar. Quando estava embarcado no navio tal, o oficial Intendente era o Fulano. De uma feita,



no porto árabe tal, tão logo foi dada licença, o F. baixou à terra dizendo que ia comprar tapetes. Voltou à noite, de mãos abanando. E assim foi nos dias subsequentes. No quarto dia, navio já em regime de viagem, Prático a bordo, eis que um árabe sobe a prancha esbaforido, procurando nervoso pelo oficial F. Trazia nos ombros um rolo de tapetes. Enquanto esperava, explicou: “São

os tapetes que ele escolheu. Nestes três últimos dias praticamente esteve hospedado na minha casa. Tornou-se um amigo. O preço não é problema, os tapetes serão dele de qualquer maneira. É um prazer negociar com uma pessoa assim.”

E concluiu o Cmte. Nazareth:
- O F. nunca fazia uma oferta de preço.

Algum tempo depois contei esse episódio em uma roda de amigos, em Fortaleza. Notei que não causou impressão. Alguém até comentou: “Aqui no Mercado Livre tem que se negociar assim”.

Herança talvez dos quase nove séculos que os árabes dominaram a Península Ibérica? ■

CONHECENDO O PASSADO

O 6º GAv e o CAN SUEZ



Em 1957, quando era Comandante do 6º Grupo de Aviação o Ten Cel Av Délio Jardim de Mattos, foi criada uma linha do CAN a Suez, no Egito.

A operação foi desencadeada pelo aviso n o 21/GM2 de 08.02.57, do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Henrique Fleiuss, ao Chefe do Estado Maior, determinando o estabelecimento de uma linha do Correio Aéreo Nacional para a Região do Canal de Suez a fim de servir ao Batalhão Brasileiro destacado naquele local. A empregar na missão aviões do 6º GAv e viagens mensais a serem iniciadas no Rio de Janeiro, então Capital Federal.

Assim, em 29 de março de 1957 deixava o Rio o primeiro CAN SUEZ, com destino ao Oriente próximo, levando em seu bojo material, cartas e pacotes para os companheiros do Exército.

A aeronave utilizada foi a B-17 5405, que cumpriu a seguinte rota: Rio-Recife-Dakar-Lisboa-Roma-Abussueir (Egito). Composição da tripulação: Maj Av Waldir Vasconcelos, Cap Av

Vigilato Domingos Vieira e 1º Ten Av Pedro Ivo Seixas (pilotos); 1º Ten Esp Com Marcius de Souza Campolino (navegador); Sargentos Bertholdo Shobiner e Raimundo Nobre Duarte (mecânicos); Sargentos Abílio da Silva Nem Filho e Ailton Arantes Vieira (radiotelegrafistas).

Da segunda viagem em diante o pouso passou a ser em El Arish, em vez de Abussueir.

As B-17 do 6º GAv realizaram 24 viagens até Suez. Transportaram 50.856 quilos de carga e malas postais, sob as mais diversas condições meteorológicas sem qualquer acidente ou incidente, totalizando 2.071 horas de voo.

O último CAN SUEZ realizado pelas B-17 deu-se a 14 de maio de 1960: em virtude da incorporação à Força Aérea Brasileira de aviões C-54, o 6º Grupo de Aviação transferiu ao 2º Grupo de Transporte a missão de manter o “Correio de Suez”, que tinha estado sob sua responsabilidade desde março de 1957.

(Dados extraídos de um “boletim informativo” do Ministério da Aeronáutica, dos anos 1980).



A Força Aérea Brasileira vai muito bem obrigado!



Ten Brig Ar
Mauro José Miranda Gandra

Ao contrário do que muitos pensam, a FAB – Força Aérea Brasileira –, vai bem obrigado! Ela está relativamente muito bem, em termos de reequipamento e modernização de aeronaves e armamentos, assim como na comparação com as Forças Aéreas dos países Sul Americanos, em que o balanço bélico é, no mínimo, equivalente. Entretanto, no caso do balanço industrial, notadamente no segmento da aviação militar, há uma predominância absoluta, em razão de nossa fabricante de aeronaves, a EMBRAER, a terceira empresa do setor no ranking mundial.

Tem sido a tônica das forças aéreas em todo mundo, a modernização de suas aeronaves. Tais modernizações constituem-se na incorporação de novos instrumentos, novos sistemas de armas e de computadores de missão e seus respectivos softwares, além do alongamento da vida útil da estrutura e, por vezes, da motorização daquelas aeronaves.

São exemplos de modernização atualmente na FAB: os caças F-5 de defesa aérea e os caças de ataque A-1, de fabricação nacional (total de 91 aeronaves) que, juntamente com os 12 caças Mirage 2000, recentemente adquiridos, suprirão as necessidades da aviação de combate de primeira linha, até o recebimento dos 36 caças multiuso, ora em processo de licitação internacional para aquisição; estão ainda em processo de moderniza-

ção as aeronaves de transporte C-130 (toda frota) e 54 aeronaves Bandeirante, além das 08 aeronaves P-3; de patrulha marítima, cuja modernização vem sendo realizada na Espanha.

Em termos de novas aeronaves adquiridas, além dos 36 caças já mencionados, destacamos: 72 aeronaves Super Tucano, recebidas de uma aquisição de 99 aeronaves (foi a aeronave que realizou uma operação aérea da Força Aérea Colombiana atingindo com precisão cirúrgica um acampamento das FARC instalado no Equador); 06 helicópteros Black Hawck recebidos de um total de 16 aeronaves, para operação na Amazônia: 18 aeronaves de transporte, transporte de tropas e lançamento de pára-quedistas, fabricadas pela empresa espanhola Casa, as quais, na FAB receberam a denominação de – Amazonas, C-105; 12 helicópteros Russos de ataque (aguardando entrega); aquisição, com fabricação parcial pela brasileira Helibras, de 18 helicópteros franceses, EC 725 de um total de 51 aeronaves, sendo as demais para o Exército e Marinha.

No campo da atividade espacial, prossegue a FAB com o projeto da “Missão Espacial Completa”, infelizmente retardada pela tragédia que vitimou 21 técnicos e cientistas, no campo de lançamento de Alcântara no Maranhão, com a explosão do veículo lançador de satélites VLS.

Há também a fabricação e o desenvolvimento autônomo ou em parceria

com outras nações, de vários mísseis e bombas guiadas, notadamente, com a África do Sul e com Israel.

O Sistema de controle do Espaço Aéreo que há dois anos foi maldosamente atacado por controladores de vôo que defendiam principalmente os seus interesses pessoais, obteve, recentemente, em uma auditoria da OACI – Organização de Aviação Civil Internacional, o grau de 95% de eficiência, à frente de cinco países dos chamados de Primeiro Mundo; e O CENIPA – Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos recebeu, na mesma auditoria, o grau de 96% de eficiência, à frente de três países eles chamados de Primeiro mundo.

Na área educacional temos o ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, como a segunda melhor escola de nível superior do País e a EPCAR – Escola Preparatória de Cadetes do Ar (em Barbacena), como uma das dez melhores do ensino médio nacional, tudo pela avaliação do MEC, para o ano de 2008.

Não se poderia deixar de lembrar, das operações de resgate dos corpos e de peças dos aviões da empresa Gol, no acidente na Amazônia e da Air France, no acidente no Atlântico Sul (esta, última, uma demonstração de grande competência da FAB e da Marinha do Brasil, mostradas ao Mundo) ■

Extraído do Boletim Semanal
Rotary Club do Rio de Janeiro - nº 16 de 21/out/09



Reinaldo Peixe Lima

Cel Av

Jaguar 25 - Cmt 1º GAC 1988/1989

peixelima@casaer.com.br

NUNCA DESPREZE O INIMIGO

Aquele velho Piloto de Caça tinha passado por quase tudo em sua vida de aviador: pilotando máquinas de instrução e de guerra, já havia dado instrução para cadetes e Caçadores. Além do mais, tinha participado da formação de inúmeros líderes de elemento e de esquadrilha. Havia participado também, do recebimento e avaliação inicial de diferentes tipos de aeronaves de Caça em operação na Força Aérea, incluindo as supersônicas. Enfim, havia acumulado uma vasta experiência naquilo que mais gostava de fazer: pilotar e operar aeronaves de Caça.

Por conta da antiguidade e atendendo às exigências da profissão, passou um tempo fora da Caça realizando os cursos inerentes a carreira, e agora, depois de

cinco anos afastado de suas queridas garças supersônicas, estava de volta. Regressava à atividade, ao voo de Caça, porém em grande estilo, pois havia sido designado para assumir o comando de um dos mais tradicionais Esquadrões da sua Força Aérea.

Acumulando mais de 1200 horas de voo em aeronaves supersônicas, o velho Caçador imediatamente, iniciou suas atividades como Comandante da Unidade e como Piloto de Caça, e fez questão de realizar todas as missões previstas pelo Programa de Instrução para sua readaptação ao voo naquela máquina, já sua velha conhecida.

Foi um período interessante, pois, durante esta fase, teve oportunidade de

começar a conhecer seus pilotos, como voavam e como se conduziam na liderança das esquadrilhas. Enfim, estes primeiros voos se constituíram em uma boa amostragem do grupo com quem iria conviver nos próximos dois anos.

No Programa de Instrução para o Comandante estavam previstas algumas missões de Combate Aéreo que, diga-se de passagem, era sua especialidade. Após um duplo de biplace, o Comandante fez um voo solo, e foi logo escalado para a primeira missão de readaptação em Combate Aéreo.

O Instrutor escalado para voar com o Comandante era um jovem Capitão, engrenado e bom piloto, com umas 400 horas de voo na máquina, e tido na Unidade

como o Az do Combate Aéreo. Ao saber disso, o velho Caçador, com a vivência de vários anos de esquina, pensou: ... *ou vou ter uma excelente instrução de Combate, ou aí tem armação...*

Na Sala de *Briefing*, o Instrutor pediu licença para fazer a leitura da Ordem de Instrução, e iniciou o briefing. Para espanto do Comandante, o Capitão fez uma rapidíssima descrição de como seria o desenvolvimento da missão, definiu os horários de cheque rádio e partida, quais seriam as frequências VHF utilizadas, e, sem entrar em nenhum detalhe de como seriam realizadas as manobras de combate e os engajamentos, deu o *briefing* por encerrado com a pergunta de sempre:

– Alguma dúvida?

O velho Caçador, seguindo a antiga regra que diz que o bom cabrito não berra, respondeu que não tinha dúvida nenhuma. Assim sendo, lá se foram os dois para os aviões.

Cheques feitos, rolagem, decolagem na ala, o Capitão liderando, subiram para a área de instrução. O dia estava bonito, mas o Comandante, já na subida, percebeu que uma tênue camada de nuvens cirrus embranquecia todo o céu, bem alto.

Ao chegarem na área onde seria realizada a missão, o líder comandou a abertura para o primeiro combate, no qual ele subia para um poleiro 2.000 pés mais alto, a 45º na retaguarda do ala. Caindo sobre o seu oponente desta posição, o atacante possui todas as vantagens iniciais do combate, pois está vindo de cima, por trás e com mais velocidade. Assim, o piloto tem na mão tudo do que precisa para se colocar rapidamente em uma boa posição de tiro-

canhão. A função do atacado nesta hora é uma só: defender-se, através de manobras de combate, e tentar evitar que o atacante consiga entrar na posição correta para realizar o tiro.

Com os dois aviões estáveis nesta posição inicial, o combate se inicia quando o avião que está no poleiro avisa no rádio: No mergulho!.

Assim foi feito, e iniciou-se o combate.

Em todo combate aéreo, os movimentos iniciais são fundamentais. No momento em que um Caça mergulha na direção de seu oponente, supõe-se que o avião que está sendo atacado inicie imediatamente uma curva fechada para cima do atacante, para tentar evitar que este se posicione para o tiro-canhão. Por seu lado, o atacante deverá estar preparado para isso, e manobrar, mantendo energia e velocidade, para evitar espirrar para o lado de fora da curva do inimigo. Seu objetivo será sempre o de não perder a vantagem inicial, para continuar pressionando até conseguir a posição ideal de tiro, e ganhar o combate.

Sabendo de tudo isso e muito mais, o comandante usou sua experiência, e seu movimento inicial foi o de apenas inclinar seu avião na direção do atacante, porém sem entrar em cur-

va. Pelo contrário, espetou um pouco o manche aliviando a força g, e abriu a pós-combustão. O resultado dessa manobra foi que o Caça deu um pulo para frente, e começou rapidamente uma aceleração que o levou próximo a velocidade do som. O atacante não percebeu muito bem o que estava acontecendo, pois se posicionou como se estivesse cortando uma curva inexistente, e acelerou também seu avião. O Capitão mordera a isca: no momento apropriado, o Comandante reduziu o motor de seu Caça, deu o flap de mergulho e



girou, para cima e para trás do atacante, realizando a famosa e conhecidíssima manobra denominada *tuneau* de G. Não deu outra: o atacante perdeu de vista o avião do Comandante, o qual, no final do *tuneau*, conseguiu se posicionar na cauda do líder, bem próximo da posição de tiro. Os papéis tinham se invertido e, segundos depois, o comandante enquadrava seu oponente no visor de tiro. Foi só apertar o gatilho (que, nas missões de treinamento, aciona uma filmadora), e dar o combate por encerrado.

O Líder comandou a reunião, e posicionou o Elemento para o próximo combate, onde a situação se invertia: o ala caindo do poleiro, em posição de vantagem. O Comandante subiu para a posição prevista – 2.000 pés acima e 45º atrasado – e cantou no mergulho! Neste combate, o Capitão em nenhum momento conseguiu ver o atacante, que já engajou girando um *tuneau* por cima e para fora da curva defensiva do ala. Em poucos segundos o comandante entrava na posição de tiro, e apertando o gatilho, filmava mais uma vez a derrota de seu ala, encerrando o segundo combate com outra vitória.

O terceiro e último combate era um pouco diferente, pois iniciava sem vantagem para nenhum dos combatentes. O Elemento dispersava, abrindo cada um 45º para fora do rumo do deslocamento, e no limite do contato visual, o líder comandava Curva!, e os aviões curvavam um na direção do outro, para um cruzamento frente a frente. A partir deste momento, os pilotos estavam livres para manobrar, e o combate tinha início.

O Comandante, que já havia observado as nuvens cirrus durante a subida, iniciou a curva abrindo a pós-combustão e acelerando seu avião, porém com o nariz já apontando um pouco para cima da linha do horizonte. Desta forma, a barriga branca de seu Caça se confundia com o fundo branco das nuvens, dificultando a visualização pelo seu oponente. Mais uma vez foi feliz, pois o capitão começou a manobrar como se

não soubesse onde estava o inimigo. O Comandante ficou só observando o avião do capitão passar bem abaixo, no rumo inverso do seu deslocamento. Esperou um pouco, e aí girou um meio *tuneau* que colocou seu Caça no dorso. Avaliando a distância entre as aeronaves, puxou então um *retournement* que o levou para uma posição às 6 horas do seu oponente. Um pouco de motor, foi se aproximando, e outra vez o avião do Capitão era filmado de uma forma incontestável. Mais uma vitória do Comandante. O líder comandou então a reunião do Elemento, conferiu o combustível remanescente e o tempo de voo, e deu a missão por encerrada. Chamou o Controle Radar e solicitou instruções para a descida



e retorno à Base. Nesse momento, o velho Caçador percebeu uma certa frustração na voz do líder.

A descida e o pouso foram normais, e os dois pilotos conduziram as máquinas até o estacionamento. Cortaram os motores, e suados e cansados, saltaram de seus Caças. Enquanto acendia um cigarro, o comandante observava o capitão que, de cabeça baixa, caminhava em sua direção. Juntos se dirigiram para a Casa de Pista, onde teriam que preencher os relatórios de voo. Andaram em silêncio, até que o Capitão falou: – Pô, Chefe, eu nunca tinha perdido um combate!. Ao que o Comandante respondeu: – É isso aí, aviador. Na vida, tudo tem sua primeira vez.

Deixaram o capacete e o anti-G na sala do Equipamento de Voo, e seguiram para o

Esquadrão. O capitão, meio sem jeito, já na Sala de Briefing, iniciou a crítica da missão. Novamente, com muita rapidez, comentou suas três derrotas. O Comandante ficou apenas ouvindo. No final, a clássica pergunta novamente:

– Algum comentário, Chefe?.

O Comandante então falou:

– Sim, tenho alguns comentários a fazer. Primeiro: O seu *briefing* foi uma merda, pois você deveria ter detalhado mais o voo, considerando que esta era uma missão de instrução e eu estou vindo de “parado”; segundo, acho que sua intenção era essa mesmo, pois não me explicando o que iria acontecer, suas chances de vitória seriam maiores; terceiro, você não considerou minhas 1.200 horas de vôo em avião supersônico, e julgou que seria fácil combater e ganhar de um piloto há cinco anos sem voar Caça. Para seu aprendizado, meu jovem, nunca menospreze o inimigo, pois isso pode ser fatal. Tenha sempre em mente que, somente hoje, você morreu três vezes. E mais uma: diga ao seu amigo Capitão responsável pela escala de voo, que minha próxima missão de Combate Aéreo será contra ele. Quanto aos outros Capitães e Tenentes do Esquadrão, você vai reunir a todos para relatar o resultado desta nossa missão, pois eu tenho certeza de que estão ansiosos esperando pela sua estória. Mas conte a versão certa, porque eu vou conferir.

Logicamente, tudo isso se passou por conta de uma armação dos Tenentes e Capitães, que queriam baixar a crista do comandante logo na chegada. Uma derrota no combate para o jovem Capitão seria para sempre lembrada nas cervejadas e ximbocas do Esquadrão. O Capitão fora escalado para aquele voo porque era o mais indicado para derrotar o Comandante, e a previsão é que seria de enfiada. Tudo foi depois levado na gozação, mas o velho comandante até hoje, quando cruza com o Capitão (hoje Brigadeiro) não deixa por menos e pergunta:

– E aí, aviador, já aprendeu a combater? ■

O VOO DO PADRE PEDRO

Ten Brig Ar
Sérgio Pedro Bambini
s.p.bambini@hotmail.com

Padre Pedro era o Capelão do Centro de Formação de Pilotos Militares – CFPM, que foi, digamos, uma experiência realizada pela Força Aérea entre os anos 1970 e 1974,

Com o objetivo de diminuir o número de Cadetes desligados na Academia da Força Aérea – AFA, a Aeronáutica criou, no final de 1969, o CFPM, organização Militar pertencente ao Comando de Formação e Aperfeiçoamento – COMFAP, que tinha como objetivo receber os Alunos que concluíam o terceiro ano da Escola Preparatória de Cadetes do Ar – EPCAR e, um ano depois, entregá-los à AFA com o diploma e “brevet” de pilotos militares.

O curso desenvolvia-se em dez meses e os Alunos faziam, inicialmente, o curso em aeronave T-23 Uirapuru e, posteriormente, o curso na aeronave T-37C Cessna. Na formatura, em dezembro, recebiam, os formandos, o “brevet” completo, o mesmo dos Oficiais Aviadores, de pilotos militares. Teoricamente, esses Alunos não seriam desligados na Academia por problemas de voo, evitando todo o estresse gerado pela constante possibilidade do referido corte com suas conhecidas conseqüências. Também foi considerada, na época, a economia decorrente da medida, tendo em vista o custo agregado, para a Força Aérea, de um Cadete desligado no último ano da Academia.

No ano de 1973, o T-37C Cessna foi substituído pelo T-25 Universal, fabricado pela Neiva, sendo os T-37C transferidos para a AFA.

Minha função, durante os anos em que servi no CFPM, foi a de Chefe da Subdivisão de Material Aéreo – SDM, encarregada da manutenção das aeronaves: 54 T-23; 25 T-37C; 1 C-45; 1 T-6G e 2 C-42. A demanda de aeronaves para a instrução aérea, num

dia típico era de 40 T-23 oito vezes por dia e 17 T-37C seis vezes por dia. Isso sem contar os voos noturnos, para os Instrutores completarem suas marcas de pilotagem para a obtenção do Cartão de Voo por Instrumentos, e as viagens nos finais de semana. Voava-se cerca de 400:00 horas diariamente.

Bom, como disse inicialmente, o Padre Pedro era o Capelão do CFPM. Era civil, trinta e poucos anos, ruivo e não entendia absolutamente nada da vida na caserna.

Como eu era um dos frequentadores de sua igreja, ele procurava, quando possível, sentar-se na minha mesa para as refeições diárias. Certa vez, ele queixou-se de não ter tido, até então, a oportunidade de fazer um voo nas aeronaves do Centro. Como era eu que fazia a maioria dos voos de experiência dos aviões, prometi chamá-lo assim que fosse possível.

Um dia o chamei.

Fariamos um voo de experiência de T-23 Uirapuru. Era um voo que não requeria muitos itens de cheque como, por exemplo, o paraquedas.

Chegou satisfeito. Seus olhos brilhavam por trás das grossas lentes de seus óculos.

Expliquei-lhe o que iríamos fazer, comentei os procedimentos de abandono da aeronave em caso de necessidade, o uso do paraquedas e como contar três segundos para comandar sua abertura, 1001, 1002, 1003.

O Uirapuru era um avião fácil e dócil, porém marcado pelo acidente que vitimara o piloto de provas Cap Mariotto, no CTA, quando seu paraquedas, ao abrir, ficou preso no estabilizador horizontal da aeronave. Por isso, a necessidade de explicar bem todos os procedimentos de emergência.

No entanto, não sei se o número de informações foi muito grande ou se a emoção do voo era maior, o fato é que o Padre Pedro não me pareceu prestar muita atenção ao que eu falava. Também, não me



preocupei muito, tendo em vista a natureza e o tempo de voo previsto.

Ajudei-o a amarrar-se, demos a partida, taxiamos e decolamos.

Estávamos a uns quatro mil pés, subindo, e o Padre Pedro estava deslumbrado com a paisagem que se lhe apresentava. O litoral, as praias, o Rio Potengi, as lagoas, as cidades de Natal, Parnamirim, São José do Mipibu, Macaíba.

De repente, senti um forte cheiro de gasolina. Os instrumentos estavam normais, a asa esquerda estava, também, normal. Estiquei-me e vi que a tampa do tanque de combustível da asa direita tinha-se soltado e um sifão verde, enorme, mostrava a gasolina 100 abandonando o tanque.

Sem reduzir a manete, para não provocar nada, considerando que o escapamento ficava, exatamente, no lado direito do motor, iniciei uma curva aprofundando a pista. Suavemente, iniciei uma descida deixando a aeronave acelerar. Com isso, também, apressaria a evasão do combustível.

O olhar do Padre Pedro estava cristalizado.

Cheguei bem próximo a ele e falei-lhe que estávamos voltando devido ao vazamento de gasolina, que tudo estava bem e logo a perda de combustível cessaria. Expliquei-lhe, então, que poderia, numa possibilidade bastante remota, haver fogo. Nesse caso, eu alijaria as laterais do canopi, soltaríamos os cintos e nos jogaríamos em direção ao bordo de fuga das asas, contaríamos até 1003...

Ele interrompeu-me bruscamente, com os olhos esbugalhados e gritando:

– Até um mil e três???

Foi o seu último vôo ■



“PLAYBOYS DO AR”



Clarindo dos Santos

clarindo5@hotmail.com

...Ok Eduardo! Tudo bem, ...mas; finalmente, qual foi mesmo a sensação que você sentiu, no momento do impacto, hein?

Esta pergunta fazia parte de uma série de outras que fizera ao então Economista, Eduardo Silva Pereira, funcionário da Petrobrás, treze anos depois do acidente aeronáutico, ocorrido em 23 de dezembro de 1959, quando o Viscount da VASP (PP-SRG) colidiu com o Fokker T-21 (FAB 0742) pilotado pelo cadete Silva Pereira da Escola de Aeronáutica. Naquela tragédia perderam a vida 35 pessoas, entre tripulantes, passageiros e “circunstantes” no solo, segundo o boletim conclusivo do GENIPA. Entre as vítimas fatais encontravam-se algumas pessoas na sala de espera de um consultório dentário, numa rua do bairro de Ramos, onde os aviões caíram.

Depois de trincar os maxilares, comportamento que lhe era peculiar, Eduardo encarou-me e respondeu: – O de estar caindo de dorso na Avenida Brasil.

Para os cariocas e em particular suburbanos da nossa geração, a resposta estava dada. Naquela época, aquela artéria, tinha por função ser o acesso principal à nossa cidade, nos tempos em que o petróleo não passava de mera “bandeira política”. O piso das vias de grande movimento constituía-se de blocos de concreto armado separados por juntas de dilatação de piche e, cuja uniformidade de seus quadrantes vistos do alto, assemelhava-se a um acinzentado tabuleiro de cocadas e que de soslaio, tinha tudo para parecer com os

do relevo da solda aplicada na barriga do “VISCOUNT” abalroado.

Na segunda metade dos anos cinquenta, Playboy era a alcunha que se dava a rapaz arruaceiro, baderneiro, moleque ou coisas semelhantes. O que não era o nosso caso. Eduardo, por exemplo, era filho de um barbeiro, português, que trabalhava em um salão na praça principal no bairro de Inhaúma e, disto ele tinha muito orgulho. Estudou em escola pública, fez o ginásio no Visconde de Cayrú no bairro do Meyer. Alistou-se no Exército para ganhar em dois anos de serviço voluntário, a chance de ser matriculado na Escola em que pretendia iniciar a sua carreira na aviação. Serviu no Corpo de Paraquedistas do Exército, adquirindo assim, os conhecimentos técnicos necessários para em oportunidade especial, como a que se lhe apresentou, ter o suficiente reflexo para escorregar na asa que sobrou do T-21, saltar, abrir seu paraquedas e sobreviver. Contava-me, naquela oportunidade, sua triste desdita.

Eduardo ingressou na EPCAR em março de 1956. Fomos colegas de Esquadilha. As Esquadilhas a partir do ano anterior passaram a ser organizadas por numeração sequencial, pela classificação (média aritmética das notas conquistadas no concurso). Em consequência, éramos próximos no grupo. Os agrupamentos eram formados a partir dos colegas de cursinhos, de bairros onde residiam, cidades ou regiões. Por ser suburbano também, morava em Irajá, não fugia à regra e desta maneira, Eduardo fazia parte da minha patota. Os nossos subúrbios eram servidos pela Estrada de Ferro Rio D'Ouro e os vagões de madeira eram puxados

por locomotivas movidas a vapor e recebiam o nome de Maria Fumaça. Os licenciamentos regulares da Escola eram programados três vezes ao ano. Ao sermos dispensados, recebíamos um cartão que tinha que ser assinado pela autoridade militar da cidade ou lugarejo para onde íamos, e no nosso caso, a apresentação era no então Ministério da Aeronáutica, na Diretoria de Ensino. Marcava com Eduardo o dia e a hora da nossa apresentação, fardados de Barateia. Combinava com o Eduardo que eu viria no segundo vagão do trem das 12h35 e, da janela do Maria Fumaça, observava na hora marcada, e lá estava o meu amigo a minha espera, na estação de Inhaúma.

Eduardo foi sacrificado. Os repórteres da revista O CRUZEIRO viviam na Escola de Aeronáutica. O Presidente da República ainda era JK e naturalmente o Ministro da Aeronáutica que constitucionalmente a ele era subordinado, devia-lhe diretamente satisfação. O dono da Revista, o empresário Assis chateaubriand, o Chatô, vivia das benesses do Palácio do Catete e fazia propaganda da faraônica obra da construção de Brasília. Eduardo foi execrado e desligado da Escola sob o pretexto de estar colando durante uma prova de inglês. Logo após, os repórteres sumiram dos corredores da Escola, apesar de O Cruzeiro continuar publicando sob o título de *Playboys* do ar, matérias sobre o trágico acidente e fazendo carga ao Eduardo. O repórter fotográfico Luciano Carneiro, daquela revista, era um dos passageiros falecidos no Viscount da Vasp.

Em 1972, portanto treze anos depois, o destino voltou a nos aproximar. Comprei um apartamento nos arredores da Tijuca

em um condomínio. Logo nos primeiros meses, ao abrir a janela do meu quarto, me deparei com Eduardo em seu apartamento no prédio fronteiro. Gritei:

– Eduardo!!

E para meu regalo era ele mesmo, que respondeu-me.

– O que você está fazendo aí?

Foi o bastante para, incontinentemente, descermos para festejarmos aquela grata coincidência. Agora éramos vizinhos também. O destino havia, de maneira surpreendente, nos reaproximado. O que eu não imaginava era que ali começava a nascer uma grande chance de escrever esta comovente e hollywoodiana história.

Passamos a nos encontrar rotineiramente nos jardins do condomínio, visto que, como bons suburbanos, possuíamos cachorro e, pelas manhãs, descíamos com os animais, aproveitando o ensejo para batermos homéricos papos matinais.

O Eduardo era casado com Carmem e o casal teve três filhas. Num daqueles encontros matinais, enquanto papeávamos descontraidamente, a sua filha mais velha desceu do apartamento com um ar espantado e exclamou:

– Papai, lá em casa chegou um homem se dizendo Oficial de Justiça procurando pelo senhor.

Deu-me a corrente do seu dalmata e subiu. Demorou o bastante para me deixar preocupado. Meu amigo voltou transtornado. O Oficial de Justiça cobrava lhe uma Ação expedida pelo IRB – Instituto de Resseguros do Brasil e se referia ao ressarcimento da dívida de indenização das famílias dos mortos no acidente em que se envolvera, ocorrido há exatamente



Local da queda do Viscount – Vasp PP-SRG, (23/12/59), Rua Peçanha Póvoas, nº 20 e 31, Ramos. O T-21 FAB 0742 caiu sobre a Rua Joaquim de Queirós, 336, no Morro do Alemão, Ramos

15 anos. Eu tive a impressão que se tratava de um trote.

Vivíamos os anos 70 e, a Ponte Aérea Rio-São Paulo operava os chamados “Quatro chances”, os quadrimotores Electras que substituíram os já desgastados DC-3. O nosso condomínio ficava localizado exatamente na principal perna do vento de acesso a pista dezessete do Santos Dumont e de quando em vez, parávamos o papo e olhávamos para o alto de tal maneira que até os cachorros pegaram o mesmo hábito. Até que um belo dia, o Eduardo desceu se queixando de uma dor nos rins e, apesar dos nossos quarenta e poucos anos, brincando, dei a entender que se tratava de uma dor característica dos velhos. Prometeu-me que procuraria um médico. Despedimo-nos e fomos para os respectivos trabalhos.

Naquele mesmo dia, passava das vinte e três horas, eu tomava um drink com outro colega de Turma, o jornalista Archibaldo Figueira, que havia assumido uma função importante no Jornal do Brasil, quando o telefone tilintou. Do outro lado da linha a

voz da Carmem, mulher do Eduardo, que de maneira nervosa sentenciou:

– Clarindo, o Edu está em coma no hospital.

Incontinentemente, corremos, eu e o nosso amigo comum, e ao chegamos ao hospital faltavam quinze minutos para a meia noite. Fomos direto para o segundo andar onde funcionava o CTI. Apesar da resistência do enfermeiro, entrei e fui direto ao seu leito. Já moribundo pegou a minha mão, apertou, apertou, apertou e foi soltando vagarosamente...

Eduardo Silva Pereira, AI-56 168, acabava de decolar para o infinito, onde ninguém ousaria interromper sua carreira.

O corpo foi velado em uma capela no cemitério no bairro da Vila Valqueire. Acompanhei-o até o seu sepultamento, mas, ainda havia um detalhe a ser observado. A sepultura do Eduardo, ficava na parte mais alta daquele Campo Santo e de lá se via perfeitamente a pista dezessete do Campo dos Afonsos, a mesma pista onde o Cadete Silva Pereira havia decolado com o seu T-21 ■

Foto publicada na Revista “Avante Bombeiro” 2/7/62, pág. 41 do site www.museu.cbmerj.rj.gov.br

Despedida de um companheiro

Brig Ar
Ercio Braga

O Cel Av Milton Naranjo nasceu em 16 de julho de 1933, na cidade de São Paulo. Seus pais, imigrantes espanhóis, logo se adaptaram às tradições e costumes brasileiros e aqui viveram até a sua morte. A vocação do jovem Milton para servir nas Forças Armadas, cedo se concretizou quando ingressou na Escola Preparatória de Cadetes de Campinas em 1952, transferindo-se mais tarde para a Academia Militar das Agulhas Negras. Atraído pela aviação foi para a Escola de Aeronáutica onde se formou Aspirante Aviador em 1956. Após estágio na Base Aérea de Natal, lá permaneceu como Instrutor por 3 anos. Transferido para o Primeiro Grupo de Aviação Embarcada foi classificado no Esquadrão de Helicóptero. Como piloto de helicóptero realizaria as missões que marcariam sua passagem pela Força Aérea.

Designado para integrar o contingente brasileiro, que a serviço da ONU, mantinha a paz no antigo Congo Belga, chegou àquele País em 1963. Operando helicópteros H-19 da ONU, realizou inúmeras missões de misericórdia transportando médicos e medicamentos para aldeias isoladas e distantes das cidades.

No início de 1964, a guerrilha separatista de província de Kwilu começa suas ações contra o Governo Central Congolês. Os guerrilheiros, orientados pelos governos comunistas da Rússia e da China come-



çaram a matar os missionários e suas famílias que davam assistência religiosa e educacional para as crianças das aldeias. Com as vias terrestres totalmente bloqueadas, o Governo Congolês pediu que a ONU utilizasse seus helicópteros para a retirada dos missionários e suas famílias da zona de conflito.

Nessa situação, ficou claro que a missão do então Ten Milton Naranjo era a de salvar vidas. Após 21 dias de operação, o grupo de helicópteros retirou da zona de guerra mais de 100 pessoas algumas vezes em condições bastante adversas. Numa dessas missões, no dia 3 de fevereiro de 1964 o helicóptero pilotado pelo Ten Naranjo, tendo como Mecânico o Segundo Sargento Wilibaldo Moreira Santos realizou a primeira missão de resgate do Ministério da Aeronáutica em um Teatro de Operações ao retirar daquela área o Ten Av Ercio Braga e o Terceiro Sargento João Martins Capela Júnior, que eram tripulantes de outro helicóptero que apresentou uma

pane hidráulica, impossibilitando-o de voar. Dentro de um Teatro de Operações, o resgate é a missão mais nobre e arriscada da Força Aérea.

Por todos os perigos e dificuldades que as tripulações envolvidas superaram no salvamento, o governo dos EUA e o Secretário Geral da ONU, em cartas dirigidas ao Governo Brasileiro, elogiaram a coragem e a competência das tripulações brasileiras. O Ministério da Aeronáutica outorgou a essas tripulações a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico.

Após o regresso da missão no ex-Congo Belga, o Major Naranjo ingressou no ITA em 1966 concluindo o curso de Engenharia Aeronáutica em 1970. Classificado no CTA, dedicou-se a tarefa de homologação de aeronaves, tornando-se um dos principais mentores do acordo com os EUA que viria facilitar bastante a venda de aeronaves fabricadas pela EMBRAER.

Como coronel, foi nomeado Comandante da Base Aérea de Florianópolis

onde, por ocasião das enchentes no Estado de Santa Catarina, teve a oportunidade de cumprir pela segunda vez, a missão de salvar pessoas em dificuldade. Como resultado da missão realizada por ele e seus subordinados, recebeu de um dos milhares de catarinenses socorridos pela FAB, a seguinte carta:

“ILMO SR. CEL NARANJO
COMANDANTE DA BASE AÉREA
DE FLORIANÓPOLIS

Em, 10 de dezembro de 1984.
Senhor Comandante

O momento atual é de mandar tradicionais CARTÕES NATALINOS, desejando mil coisas. Urge, entretanto, que na transição do tempo e da política, registre-se a admiração a um homem que no desempenho do seu Comando, fez de sua missão um exemplo de liderança e humanismo.

Por duas vezes Blumenau esteve submersa, por duas vezes a FORÇA AÉREA BRASILEIRA acudiu aquela gente. E não foi só Blumenau, mas ao redor de 60% dos municípios catarinenses.

Conheci pessoas, que cumpriam tão somente suas obrigações e pronto. O Comando da Base Aérea de Florianópolis abraçou a causa catarinense e a ela dedicou-se de corpo e alma, fazendo de suas missões, um ato admirável de misericórdia e compaixão.

Quando se fala, pois, de Boas Festas, Feliz Ano Novo e Festas de Fraternidade, vejo no militar e no ser humano que comanda a Base Aérea de Florianópolis e representa a FAB em nossa terra, o verdadeiro Papai Noel, fora de época, mas no momento certo: com suas hodiernas renas os helicópteros, não com sinos, mas com rotores e corações, levando embrulhos e pacotes de salvação.

Esta carta é de ordem pessoal, mas se

a quiser transformar, em Mensagem àqueles que junto com o seu Comandante, se multiplicaram em outros Papais Noéis de Azul, pode fazê-lo, eis que assim os vejo.

Um abraço fraternal, de um estranho que muito o admira, pelo que faz acima de sua missão.

Bom Natal, Papai Noel Azul dos Catarinenses

ENO JOSÉ TAVARES. “

A essa altura, Deus já deve ter designado o Cel Av Milton Naranjo e o Cel Av João Carlos Berto para homologarem as trajetórias dos cometas que, certamente, melhorarão suas órbitas e voarão com uma cauda verde e amarela.

Obs.: Eu hoje estou aqui porque ontem ele estava lá.

O Comando da Aeronáutica instituiu o dia 3 de fevereiro como o dia da Aviação de Asas Rotativas ■



Copyright©2007 Pete West/Action Editora

Aeronaves S-55 operada pela FAB no Congo

Cinco pilotos de helicóptero da FAB voaram o Sikorsky H-19 – também conhecido como S-55 – no Congo. Pintados de branco, como o são todas as aeronaves da ONU, participaram de uma série de missões perigosas sob fogo inimigo ou em meio a uma população nativa violenta e imprevisível. Operadas em missões de resgate em ZLs ativas, essas aeronaves geralmente eram armadas com uma metralhadora .50 pol e levavam na cabine um artilheiro armado.

GLAUCOMA

Quando diagnosticada tardiamente a doença pode causar cegueira

Da Revista do Hospital da Aeronáutica dos Afonsos – HAAF (mai/ago/09)

Diretor Roberto de Almeida Teixeira

Cel Med

O glaucoma é a principal causa de cegueira no Brasil. Isso não ocorre apenas porque a doença é incurável, mas também porque metade dos 900 mil brasileiros com glaucoma não sabe que sofre desse mal e, portanto, não faz nenhum dos tratamentos disponíveis para controlá-lo.

No glaucoma, o sistema de drenagem do humor aquoso – subproduto do sangue que nutre estruturas do olho – está obstruído, o que aumenta a pressão intra-ocular e provoca, gradativamente, a perda da visão pela compressão do nervo óptico, menor aporte de oxigênio, com consequente atrofia de suas fibras nervosas e perda progressiva do campo visual.

O processo de perda da visão periférica é tão lento que, geralmente, o paciente não percebe nenhuma alteração. O glau-

coma não tem cura, mas o diagnóstico precoce amplia as chances da doença ser controlada de modo a evitar a cegueira. O tratamento inclui uso frequente de colírios e cirurgia em alguns casos.

A doença não tem relação com a pressão arterial. Sua incidência aumenta após os 40 anos, idade a partir da qual recomenda-se avaliações anuais com o oftalmologista. Não existem causas definitivas para a doença, mas, sim, grupos de risco. Por exemplo, o glaucoma é mais comum em diabéticos, míopes, afro-descendentes ou filhos de portadores da doença.

O Hospital de Aeronáutica dos Afonsos (HAAF), no Rio de Janeiro, promoveu em 2009, Campanha de Prevenção ao Glaucoma. “O número de atendimentos foi acima do esperado”, afirmou o Cel médico Roberto Teixeira, Diretor do HAAF e oftal-

mologista, comentando os resultados da Campanha de combate à doença. Dos 546 exames de olhos realizados, 9,8% foram encaminhados à Seção de Oftalmologia com suspeita de glaucoma.

A campanha fez parte do calendário proposto pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), que envolveu quatro médicos, dois enfermeiros graduados e dois civis técnicos em enfermagem. O HAAF constatou que muitos dos que procuraram atendimento durante a campanha, já se apresentaram como glaucomatosos, querendo apenas, verificar sua pressão intra-ocular e já faziam uso regular da medicação, o que gerou um conforto para os profissionais da área.

– É sinal que estamos cuidando bem dos nossos doentes, afirmou a Ten Patrícia, médica oftalmologista ■

TESTE

Determine seu risco de ser portador de Glaucoma

Escolha somente uma resposta em cada pergunta

1. Histórico Familiar (membros da família com parentesco direto e consanguinidade)

- Não há incidência conhecida de glaucoma na família (0)
- Filho portador de glaucoma (2)
- Pai, mãe, irmão ou irmã têm glaucoma (4)

2. Raça

- Branca (0)
- Indígena (1)
- Oriental (1)
- Negra (3)

3. Idade

- Menos que 40 anos (0)
- 40 - 49 anos (1)
- 50 - 59 anos (2)
- 60 anos ou mais (3)

4. Pressão Intra Ocular em Exames Anteriores

- < 21 mmHg (0)
- nunca mediu a pressão (1)
- 21 a 25 mmHg (2)
- > 25 mmHg (3)

5. Outras doenças

- Diabetes (1)
- Miopia (1)
- Uso regular e contínuo de corticóide (1)
- Doença no olho (2)

RESULTADO

Some o número correspondente às respostas das perguntas do teste

0 a 4 - o risco de apresentar o Glaucoma é semelhante à média da população

5 ou mais - o risco de apresentação do Glaucoma é maior que a média da população.

Todas as pessoas acima de 40 anos devem se submeter a exames visuais anuais

Fontes: <http://www.sbportal.org.br>
http://www.abrag.com.br/sala_de_imprensa/sala_2004.htm

Consulte seu oftalmologista para uma avaliação sobre Glaucoma.



É impossível ser feliz sozinho?

Martha Medeiros

Jornalista e Escritora

martha.medeiros@oglobo.com.br

Alimentar muita expectativa é o caminho mais curto para a frustração. Mais uma vez a máxima se confirmou: fui assistir a “Amor sem escalas”, o badalado filme do mesmo diretor do excelente “Juno”, e não fiquei impactada como se prenunciava. Achei bom, apenas. Tem alguns diálogos espertos e uma inversão de papéis inusual (no que se refere a relações entre homens e mulheres), mas, apesar do frescor que Jaison Reitman imprime a seus filmes, desta vez ele por pouco não escorregou pro sentimentalismo barato. Dentro do mesmo tema – é possível ser feliz sozinho? –, prefiro “Estrela solitária”, de Wim Wenders, que tratou sobre o isolamento do ser humano com muito mais poesia e beleza.

Ainda assim, uma frase me marcou. “Pense nos melhores momentos da sua vida: você estava sozinho ou acompanhado?”

Pode não ser comum, mas há pessoas que não têm vocação para constituir família, e nem por isso merecem a cadeira elétrica. Elas simplesmente preferem estar em movimento, não ter amarras, e essa liberdade cobra um preço que, se costuma ser alto para a maioria, para outros pode ser uma dívida fácil de quitar.

Eu bem que gosto de ficar sozinho. Já tive ótimos momentos comigo mesma dentro de um trem, em frente ao mar. Lendo um livro. Mas reconheço que os momentos sublimes, aqueles eleitos como inesquecíveis, aconteceram quando eu estava avec. Reconhecer isso não faz eu desprezar a

solidão, mas me impede de adotá-la como estilo de vida permanente.

Sozinha eu posso ser mais livre, mas não sou desafiada. Compartilhar a vida com alguém exige participação: a gente é impelido a se manifestar, a traduzir em gestos e palavras o que estamos sentindo, e isso engrandece o momento, cria vínculo, avaliza o que está sendo vivido, confere magia ao instante, credibiliza aquilo que está nos deixando emocionado.

Não precisa ser um momento repartido apenas com seu grande amor: pode ser também com os pais, com um irmão, um amigo, até mesmo com desconhecidos. Quando se olha nos olhos dos outros e se compreende o que se está passando, a sintonia se dá, mesmo silenciosa. Lembrei de Scarlett Johansson sozinha num bar de hotel em Tóquio, percebendo o também solitário Bill Murray tomando seu uísque, em “Encontros e desencontros”. A secreta comunicação do olhar entre ambos dava sentido ao que não havia sentido algum.

Pode acontecer entre dois, e também pode acontecer entre muitos. Um estádio de futebol lotado, com a massa gritando pelo mesmo time. Um show vibrante, todos cantando a mesma letra. Imagine se o espetáculo fosse exclusivo pra você: que graça teria?

Estando sozinhos, a sensação interna sobre o que está sendo vivido é quase melancólica, mesmo que não seja.

Juntos, até o que não parece alegre, fica ■

Extraído da Revista O Globo de 21/fev/10



Guy Ben-Ner
Berkeley Island
1999

ARMANDO NOGUEIRA DECOLOU



“O homem, tido e havido como a mais inteligente criação da natureza, não mereceu do Senhor a graça de voar...”

Armando Nogueira
“Na Grande Área”, *Jornal do Brasil*

Armando Nogueira (Xapuri, Acre, 1927 – Rio de Janeiro, RJ, 2010), jornalista, cronista, o poeta e aviador, quando assumiu a cadeira de **Conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica – INCAER** –, em 27 de outubro de 1999, cujo Patrono é o Maj Brig Ar Lysias Rodrigues, declarou: **“é um grande prazer estar aqui entre vocês, nesta casa de criaturas que sonham...”**

Escritor, autor de oito livros sobre futebol, incluídos em antologias que reúnem os melhores cronistas brasileiros, adotados em escolas e universidades, Armando tinha outra “cachaça”, além do jornalismo e do futebol: a aviação esportiva. Era no Clube Esportivo de Ultraleve – CEU, que ele decolava para voar no seu ultraleve anfíbio PU-MAX, o “Marquês de Xapuri”, onde conversava com Deus e com os urubus, aquela ave que sabe pegar umas térmicas e plana suavemente. De tanto se aproximar daquelas aves em seus voos, sobre as terras e a lagoa Barra da Tijuca, onde pousava, amerrisava, tocava e arremetia, escreveu a seguinte crônica:

“Urubu

Numa conversa, meio sem assunto, um amigo me pergunta se eu gostaria de voltar ao mundo, noutra encarnação, como tenista ou como jogador de futebol. Pra ser franco, nem uma coisa nem outra. Se outra vida me fosse dada viver, mais adiante, eu preferiria chegar à terra na pele de um urubu. Não, pra viver comendo porcaria, nem pra andar de luto fechado. Mas, pra voar – e voar bem. Falo com a autoridade de quem vive voando de ultraleve, e sempre de olho na arte de planar que a natureza concedeu a esse navegante dos ares.

Entre os seres vivos capazes de voar, nenhum chega aos pés do urubu. A criatura é a própria serenidade. Não comete uma bravata, sequer. Piloto de asa delta, piloto de planador, piloto de ultraleve, quem curte uma térmica, vai firme nas águas do urubu. Onde houver uma bolha de ar quente, ali estará com certeza, um urubu, planando, sem bater asa, uma única vez.

A gaivota é quem mais se aproxima do urubu em matéria de placidez. Urubu Não tem pressa, jamais. O negócio dele é dar asas

ao vento. Voar de puro passatempo. A borboleta deve morrer de inveja do urubu. Enfeita-se toda. Arabescos coloridos. Cada asa parece um vitral de igreja. Mas como voa mal! Vai aos solavancos. Voo soluçante.

Adulto, poético, angelical é o planeio do urubu. Quando eu passo por um urubu, no meu ultraleve, ele me olha de través, dá de ombro, desdenha do meu voo artificial e vai em frente, movido a milagre.

O voo do urubu é o voo mais solene que existe. Luto fechado, coisa nenhuma. Urubu voa de traje a rigor.”

Grande contador de casos, em seu discurso de posse como Conselheiro do INCAER, Armando contou um episódio ocorrido com a lendária aviadora Anésia Pinheiro, durante um voo Rio-Paris, num Boeing 747: “A veterana aviadora sentou-se na primeira classe e foi convidada a se retirar pela comissária de bordo. Seu bilhete era da classe econômica. Ela não saiu e disse:

– Meu lugar é aqui!

Chamaram o comandante que ao reconhecê-la disse:

– Boa noite, muito prazer. Eu sou o comandante. Sinto muito.

Pelo que vejo todos estão errados. Tanto a senhora quanto os comissários. Seu lugar não é aqui nem na classe econômica. Seu lugar é lá na frente, ao meu lado, no comando do avião.”

Armando Nogueira que chamou Anésia Pinheiro de “Dama das Nuvens”, encerrou seu discurso no INCAER, homenageando a pioneira aviadora com estas palavras, que servem para homenageá-lo. Palavras justas para quem acaba de decolar: “Feliz de quem como tu, passa a vida cruzando os caminhos dos pássaros e das estrelas. É o jeito mais poético que encontrei de chegar, um dia, mais depressa ao reino do céu.” (PRPS) ■



A POUPEX ABRE AS PORTAS DA CASA PRÓPRIA PARA VOCÊ.

As melhores condições para aquisição de imóvel residencial ou comercial, novo ou usado, construção de imóvel residencial e para aquisição de terreno e de material de construção.

Financiamento
Imobiliário
POUPEX
Faça já o seu

0800 61 3040
www.casapropriapoupepx.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FHE NO RIO DE JANEIRO - ESCRJ

Palácio Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro-RJ - Fone (21) 2253.6395 e 2253.0102 - Fax (21) 2253.0860

POUPEX Associação
de Poupança
e Empréstimo
poupepx.com.br



Para Amil,
não existe nada mais emocionante
do que **cuidar de você.**

Amil Resgate Saúde: completo sistema de transporte inter-hospitalar.*

UCP: modernos centros de prevenção e tratamento das patologias posturais.

Total Care: avançada estrutura para clientes que precisam de cuidados especiais.**



*Aditivo opcional. **Contra a cobertura do seu plano no orientador e verifique as especialidades disponíveis nas unidades da sua cidade.



amil.com.br **Amil**